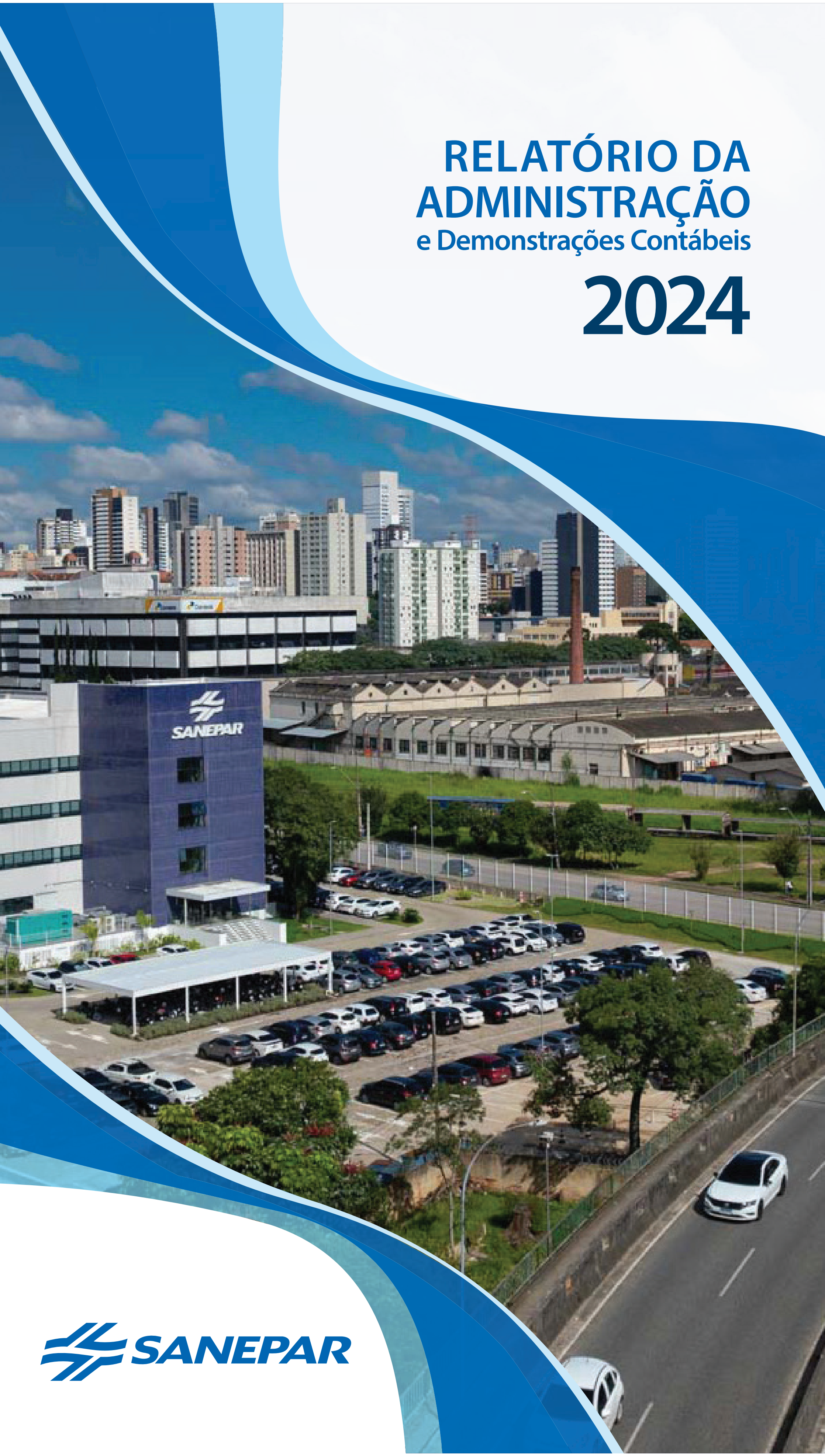




RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO e Demonstrações Contábeis 2024





Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2024

Apresentação

O Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2024 apresenta os resultados da Companhia, em atendimento às normativas vigentes, como as Leis 6.404/76 e 13.303/16, e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações financeiras contidas neste relatório são elaboradas também de acordo com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS) e com os requisitos do modelo de governança de Nível 2 da B3.

O documento retrata o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024. É importante destacar que este relatório pode conter previsões que refletem apenas as expectativas dos administradores e, portanto, a Sanepar não se obriga a atualizar as projeções diante de novas informações ou eventos futuros.

Nossa expectativa é alcançar a universalização dos serviços de esgoto antes do prazo estipulado pelo marco legal.

Ainda pensando nos novos cenários previstos pelo marco legal, está em curso o maior programa de investimentos de nossa história, em que R\$ 11,8 bilhões serão aplicados, até 2029, em obras que assegurem a manutenção do índice de atendimento com água tratada, a redução das perdas de água e a implantação e ampliação dos sistemas de coleta e tratamento do esgoto. Nosso plano robusto de investimentos mantém o Paraná como referência em saneamento, contribui com a economia em todas as regiões do estado e gera emprego e renda nos municípios. Um estudo recente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) nos mostra que os recursos aplicados da empresa (obras e custeio) elevaram o PIB do estado do Paraná em R\$ 5,75 bilhões e geraram 78 mil empregos em 2023.

Sabemos que tudo isso exige um desempenho operacional sólido e responsabilidade na gestão dos riscos ambientais a que estamos expostos.

Nossa estratégia de crescimento e desenvolvimento para operar em um mercado de serviços públicos essenciais, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a universalização, com a qualidade dos serviços prestados e, principalmente, ao atendimento das necessidades do Poder Concedente e acionistas.

Em 2024, avançamos com as parcerias público-privadas (PPPs). O primeiro contrato, assinado ainda em 2023 para a microrregião Centro-Litoral, foi arrematado pela Saneamento Consultoria, com deságio de 30,61% e investimentos previstos de R\$ 773 milhões. As outras duas microrregiões do estado serão atendidas por três novas PPPs, leiloadas em setembro deste ano e arrematadas pela Saneamento Consultoria, Acciona e Igua Saneamento, que investirão na universalização do esgoto em 112 municípios do Paraná.

Outro reconhecimento importante da nossa solidez foi a manutenção do rating AAA (bra), com perspectiva estável, pelas agências de classificação de risco Fitch e Moody's, devido principalmente a métricas de crédito fortes, uma política financeira prudente e um ambiente regulatório favorável. Pela décima primeira vez, sendo o sétimo ano consecutivo, fomos premiados por nossas demonstrações contábeis. Recebemos o Troféu Transparência e fomos destaque na categoria de receita líquida entre R\$ 5 bilhões a R\$ 20 bilhões pelas nossas demonstrações contábeis de 2023 – reconhecimento oferecido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

Esse ano, também, concluímos a 14ª emissão de títulos sustentáveis e azuis, ao captarmos R\$ 600 milhões em debêntures para financiar projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e nos mantivemos listados na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A decisão de participar deste índice veio para corroborar e fortalecer os esforços da Companhia nas questões ASG – Ambientais, Sociais e de Governança.

Somos prestadores de serviço público essencial e a saúde financeira da Companhia é importante para mantermos nossas atividades. O serviço que prestamos contribui diretamente com a saúde pública e inclusão social da população. Temos o compromisso de ampliar a rede de atendimento, com tarifas que possam ser suportadas, e, para isso, contamos com uma estrutura tarifária bem desenvolvida, que garante uma tarifa para cobrir os custos e investimentos da Companhia, reconhecidos na sua base regulatória de ativos, oferecendo maior previsibilidade e transparência nos reajustes tarifários.



Wilson Bley Lipski
Presidente da Sanepar

Mensagem do Presidente

Em 2024, a Sanepar, a maior Companhia de economia mista do estado do Paraná, foi eleita a melhor do mundo em estratégias e ações para a universalização do saneamento e recebeu o Prêmio Campeões do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 6): Água Potável e Saneamento, da Organização das Nações Unidas (ONU), concedido pela primeira vez durante o Global Water Summit 2024, principal evento do setor de água e esgoto do mundo. O reconhecimento dos nossos esforços para assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos é importante e nos fortalece institucionalmente.

Entendemos que é uma grande responsabilidade contribuir para a garantia da saúde e da qualidade de vida dos paranaenses.

Hoje, nosso maior desafio é a universalização dos serviços de água e esgoto no estado do Paraná. Já podemos nos orgulhar de termos universalizado o fornecimento de água tratada em todos os municípios atendidos pela Sanepar, mas, apesar de estarmos bastante próximos da universalização dos serviços de esgoto, ainda precisamos implantar novos sistemas e expandir redes coletoras. Nossa expectativa é alcançar a universalização dos serviços de esgoto antes do prazo estipulado pelo marco legal.

Nosso plano robusto de investimentos mantém o Paraná como referência em saneamento, contribui com a economia em todas as regiões do estado e gera emprego e renda nos municípios.

A prestação de serviços de água e esgoto é fundamental para o desenvolvimento sustentável. Universalizar o serviço a preços módicos, de forma eficiente e ambientalmente responsável é o nosso grande desafio, e o que tem exigido soluções criativas e inovação. Neste ano, destacamos novas iniciativas desenvolvidas no âmbito do Sanepar Startups, um programa de inovação aberta que identifica startups para acelerar iniciativas inovadoras no âmbito do setor de saneamento.

Na questão de resíduos, o lodo de esgoto é tratado hoje como um insumo para a produção de energia ou adubo para a agricultura. Transformar esses resíduos em insumos para uma cadeia circular e produtiva é um exemplo de inovação e sustentabilidade.

Dentre os investimentos em redução de perdas de água, implantamos dois sistemas novos: um com o uso de tecnologia israelense de satélites para identificação de vazamentos ocultos na rede de distribuição, que já vem sendo utilizado em São José dos Pinhais, e outro mais próximo da comunidade, que identifica as perdas na entrada das unidades consumidoras.

Estamos avançando ainda na contratação de energia elétrica no mercado livre para atender 887 unidades – 420 delas, já implantadas – que respondem por 90% do consumo de energia da empresa, em contratos que representam uma economia estimada de R\$ 620 milhões ao longo de cinco anos.

No que diz respeito ao aspecto social, este ano trabalhamos na implementação de um Plano de Demissão Voluntária (PDV), cujo processo de adesão dos empregados elegíveis tem previsão para ocorrer no início do ano de 2025. A valorização de nosso pessoal acontece diariamente por meio de nossas iniciativas, aproximações e transparência no trato com todos os empregados. Em 2024, realizamos também um processo de concurso público, visando a renovação e otimização do quadro de pessoal. De forma estruturada e estrategicamente coordenada, o preenchimento de novas vagas e a adequação de oportunidades internas de carreira garantirão a continuidade do negócio.

Diante desse cenário, agradeço a dedicação de nossos empregados e a confiança de nossos clientes, parceiros, investidores, Governo do Estado do Paraná, microrregiões e municípios.

Neste relatório, apresentamos nosso desempenho em 2024.

Boa leitura!

Destaques 2024

Capital Financeiro

R\$ **2,8** bilhões
Geração de caixa

R\$ **10,8** bilhões
Patrimônio líquido

R\$ **1,9** bilhão
Investimentos

1,6 x o EBITDA
Nível de endividamento

Capital Natural



852.063.078
m³ distribuídos



836.245.902
KWh de recursos energéticos estimados

Capital Intelectual



1.058.742
horas de treinamento

Capital Social

89,2%

de satisfação com o serviço da central de atendimento telefônico (0800)

Capital Manufaturado



ÁGUA

167
ETAs

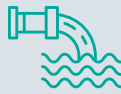
1.217
poços

4
barragens

62.505 km
de rede de distribuição

345
municípios atendidos

3.483.526
ligações de água



ESGOTO

43.447
km de rede coletora

269
ETEs

2.585.670
ligações de esgoto

3 Aterros Sanitários
resíduos sólidos urbanos

Reservatório Tietê
Fazenda Rio Grande



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br



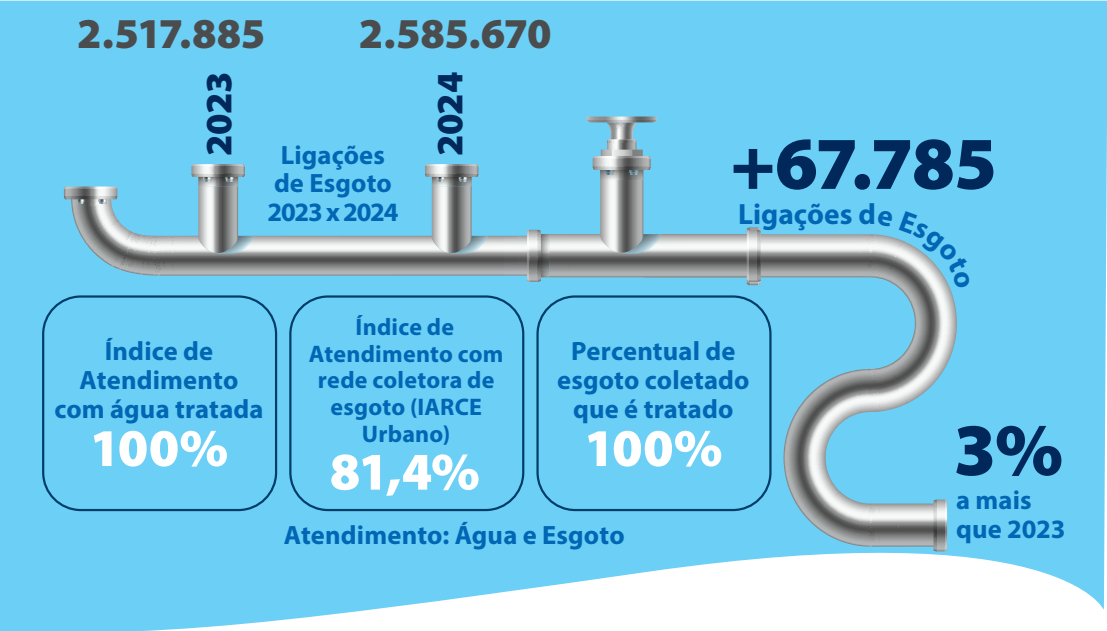
DADOS OPERACIONAIS

Mercado

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita Total da Companhia, em 31 de dezembro de 2024:

Contratos (% da Receita Total)				Índice de Cobertura		Economias Ativas Totais (em milhares)	
Municípios	% Receita total	Período Remascente de concessão	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Esgoto
Curitiba	22,0%	23,4 anos	Água e Esgoto	100%	99,2%	848,6	838,0
Londrina	7,2%	23,4 anos	Água e Esgoto	100%	99,1%	256,8	257,1
Maringá	5,4%	15,7 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	176,4	198,1
Ponta Grossa	3,8%	23,4 anos	Água e Esgoto	100%	92,6%	165,0	151,9
Cascavel	3,7%	23,4 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	138,3	153,0
Foz do Iguaçu	3,5%	23,4 anos	Água e Esgoto	100%	83,8%	124,8	104,9
São José dos Pinhais	2,8%	23,4 anos	Água e Esgoto	100%	89,5%	122,3	107,9
Colombo	1,8%	23,4 anos	Água e Esgoto	100%	77,2%	89,0	68,3
Guarapuava	1,7%	23,4 anos	Água e Esgoto	100%	88,3%	73,4	63,3
Toledo	1,6%	23,4 anos	Água e Esgoto	100%	92,5%	66,0	60,0
Demais Municípios	46,5%					2.260,9	1.482,4
Totais				100,0%	81,4%	4.321,5	3.484,9

Londrina
Captação Tibagi



Ligações de Água

Tipo de ligação	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	2.976.232	3.043.774	3.097.925	3.131.292	3.160.438
Comercial	233.696	240.203	247.400	251.516	256.312
Industrial	13.272	13.551	13.778	13.776	13.740
Utilidade Pública	23.861	23.987	24.250	24.912	24.882
Poder Público	26.750	26.926	27.333	27.404	28.154
Total	3.273.811	3.348.441	3.410.686	3.448.900	3.483.526

Ligações de Esgoto

Tipo de ligação	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	2.088.213	2.152.949	2.211.364	2.276.921	2.337.952
Comercial	184.259	190.128	196.595	202.135	207.873
Industrial	5.599	6.123	6.291	6.432	6.573
Utilidade Pública	15.467	15.678	16.034	16.705	16.947
Poder Público	14.600	14.818	15.304	15.692	16.325
Total	2.308.138	2.379.696	2.445.588	2.517.885	2.585.670

DESEMPENHO OPERACIONAL

Evolução do Volume Medido de Água

Volume Medido Água (milhões m³)	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	435,9	428,5	433,4	456,5	475,2
Comercial	36,3	36,7	39,8	42,8	45,2
Industrial	11,6	13,7	11,8	11,4	12,3
Utilidade Pública	4,5	4,6	5,3	5,6	5,9
Poder Público	15	14,7	18,3	19,6	21,7
Total	503,3	498,2	508,6	535,9	560,3

Evolução do Volume Faturado de Água

Volume Faturado Água (milhões m³)	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	453,6	447,9	454	476,9	494,7
Comercial	39,8	40,3	43,6	46,7	49,0
Industrial	13,3	14,3	14	11,6	12,5
Utilidade Pública	3,8	3,9	4,3	4,5	4,8
Poder Público	15,3	15,1	18,7	19,9	22,0
Total	525,8	521,5	534,6	559,6	583,0

Evolução do Volume Faturado de Esgoto

Volume Faturado Esgoto (milhões m³)	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	342,9	342	350,9	374,3	394,2
Comercial	35,5	36,5	40,3	43,6	46,3
Industrial	2,9	3,2	3,6	3,8	4,1
Utilidade Pública	3,2	3,3	3,7	4	4,3
Poder Público	11,7	11,5	14,4	15,4	17,1
Total	396,2	396,5	412,9	441,1	466,0

Evolução do Índice de Perdas por Ligação*

IPL	2020	2021	2022	2023	2024
	219,86	210,81	222,23	217,56	223,11

*Houve alteração na metodologia de cálculo. Valores históricos foram corrigidos e divulgados ao mercado nos relatórios trimestrais.

Água e Esgoto: Dados Gerais

Água	2020	2021	2022	2023	2024
Economia com rede Água	4.087.719	4.170.413	4.236.728	4.277.957	4.321.469
Nº Estações Tratamento Água	168	168	168	168	167
Nº Poços	1.154	1.247	1.180	1.191	1.217
Nº captações superfície	232	236	234	231	227
km rede assentada	57.503	59.070	60.077	61.396	62.505
Volume Produzido m³	766.106.638	750.475.130	785.378.020	812.102.342	853.193.982
Perdas no Faturamento %	31,41%	30,51%	31,93%	31,15%	31,67%
Evasão de Receitas %	2,80%	3,33%	3,36%	-2,4%	0,71%

Água	2024 (1)	2023 (2)	Var. (1/2)	2022 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.321.469	4.277.957	1,0%	4.236.728	1,0%
Nº de estações de tratamento	167	168	0,6%	168	0,0%
Nº de poços	1.217	1.191	2,2%	1.180	0,9%
Nº captações superfície	227	231	-1,7%	234	-1,3%
Km de rede assentada	62.505	61.396	1,8%	60.077	2,2%
Volume Produzido (m³)	853.193.982	812.102.342	5,1%	785.378.020	3,4%
Perdas no faturamento - %	31,67	31,10	0,57 p.p.	31,93	-0,83 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	0,71	-2,42	3,13 p.p.	3,36	-5,78 p.p.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br









Esgoto	2020	2021	2022	2023	2024
Economias com rede esgoto	3.114.750	3.210.059	3.296.674	3.394.421	3.484.890
Nº estações de tratamento	255	258	261	265	269
km rede assentada	38.464	39.660	40.733	42.156	43.447
volume coletado m³	377.326.945	375.586.933	390.688.459	419.869.134	445.305.597

Esgoto	2024 (1)	2023 (2)	Var. (1/2)	2022 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.484.890	3.394.421	2,7%	3.296.674	3,0%
Nº de estações de tratamento	269	265	1,5%	261	1,5%
Km de rede assentada	43.447	42.156	3,1%	40.733	3,5%
Volume coletado em m³	445.305.597	419.869.134	6,1%	390.688.459	7,5%

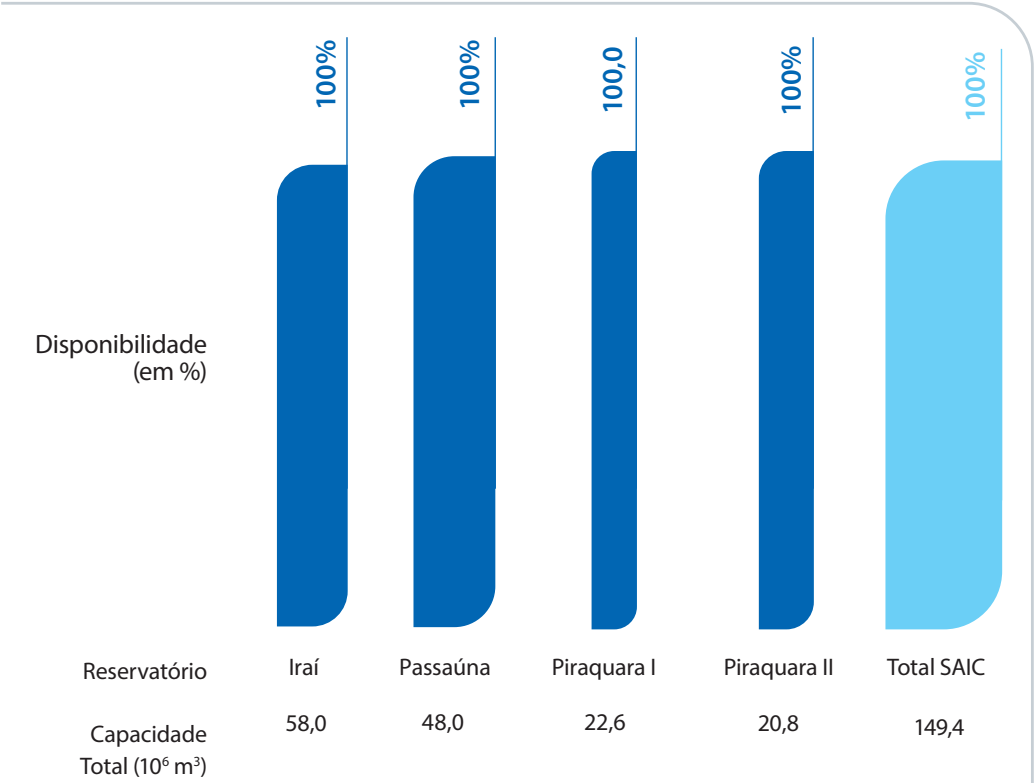
Mercado	2020	2021	2022	2023	2024
Índice de cobertura Água	100%	100%	100%	100%	100%
Índice de cobertura Coleta Esgoto	75,1%	77,3%	78,9%	80,2%	81,4
Economias Ativas Água	4.087,7	4.170,4	4.236,7	4.277,9	4.321,5
Economias ativas Esgoto	3.114,8	3.210,1	3.296,7	3.394,4	3.484,9

Volumes Disponíveis

A Companhia retira água dos mananciais superficiais e subterrâneos; contudo, a principal fonte é a água superficial, que compreende rios, lagos ou represas. Essa água é armazenada em barragens de acúmulo, que são reservatórios de grande porte, para atender as necessidades de consumo em regiões com grande concentração de pessoas, garantindo a regularidade do abastecimento e as demandas extraordinárias diárias.

O Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é responsável pela distribuição de água para a capital paranaense e região metropolitana. O volume médio disponível no SAIC é composto pelas barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna. Em 31 de dezembro de 2024, o volume médio de reservação estava em 100%.

Níveis das Barragens do SAIC em 31/12/2024 (em porcentagem)



Já no município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da barragem da hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no rio Paraná.

PROPÓSITO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

Para conferir maior eficiência aos processos, técnicas e materiais utilizados, a Sanepar busca inovação, em linha com os investimentos necessários para o cumprimento das metas de universalização dos serviços com qualidade e preservando o equilíbrio econômico-financeiro. Como parte da cultura da Companhia, a empresa estimula ativamente a sugestão e a adoção de soluções inovadoras por seus colaboradores em todas as áreas e processos.

A Companhia estimula ativamente a sugestão e a adoção de soluções inovadoras por seus colaboradores em todas as áreas e processos.

Para conferir maior eficiência aos processos, técnicas e materiais utilizados, a Sanepar busca inovação, em linha com os investimentos necessários para o cumprimento das metas de universalização dos serviços com qualidade e preservando o equilíbrio econômico-financeiro. Como parte da cultura da Companhia, a empresa estimula ativamente a sugestão e a adoção de soluções inovadoras por seus colaboradores em todas as áreas e processos.



Propósito

Levar saúde à população de forma sustentável.

Visão

Ser referência nacional e internacional em saneamento ambiental.

Missão

Assegurar saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora.

Valores

Responsabilidade - Ser responsável por suas ações e decisões, em comprometimento com os objetivos da empresa.

Inovação - Buscar novas soluções, visando a eficiência e a universalização do saneamento ambiental.

Competência - Executar suas atribuições profissionais com o suporte do conhecimento, habilidades e atitudes assertivas.

Respeito - Agir de forma correta, respeitando a diversidade, a sociedade e o meio ambiente.

Comprometimento - Agir de forma dedicada e comprometida com os princípios, os valores, a visão e a missão da empresa.

Profissionalismo - Exercer suas atribuições com dedicação, ética e respeito.

Transparência - Atuar e informar de forma clara e verdadeira.

Ética - Agir de acordo com valores que norteiam uma conduta íntegra, transparente e honesta.

MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

A principal alteração estabelecida pelo novo marco legal foi a imposição de metas de universalização dos serviços.

O saneamento básico é essencial para a saúde pública, o meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. Além disso, o direito ao saneamento básico é um princípio constitucional da pessoa humana e está relacionado aos direitos fundamentais. É, portanto, um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida.

Desde julho de 2020, o Brasil conta com um novo marco legal do saneamento básico. A Lei Federal 14.026/2020, que atualizou a Lei 11.445 de 2007, e introduziu novos conceitos, como o incentivo à regionalização da gestão do saneamento básico.

A principal alteração estabelecida pelo Novo Marco Legal, porém, foi a imposição de metas de universalização dos serviços. Até 31 de dezembro de 2033, 99% da população deverá ser atendido com água potável e 90%, com a coleta e o tratamento de esgoto. A Agência Nacional de Águas (ANA), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), passou a ser a entidade reguladora Federal, tornando-se responsável pela edição de normas de referência para o setor.

Após a entrada em vigor do Novo Marco Legal, novas leis e decretos estaduais vieram regulamentar as exigências da lei federal. No Paraná, a Lei Complementar Estadual nº 237, de 9 de julho de 2021,

O objetivo da criação das microrregiões é dar suporte aos municípios para a regularização da nova legislação.

instituiu as Microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-Leste e do Centro-Litoral do Estado, com suas respectivas estruturas de governança. O objetivo da criação das Microrregiões é organizar a prestação regionalizada dos serviços de saneamento, dando suporte aos municípios para garantir a universalização do acesso aos serviços de água e esgoto, conforme preconiza a nova legislação. A lei contempla os 399 municípios paranaenses, dos quais, 345 são atendidos pela Sanepar.

Os Decretos Estaduais 8.924/2021, 8.925/2021 e 8.926/2021, publicados em 1º de outubro de 2021, por sua vez, implementaram os regimentos internos provisórios de cada uma das microrregiões. Os regimentos definitivos só viriam a ser aprovados, por unanimidade, na 5ª Assembleia Geral de cada uma das microrregiões em julho de 2023.

Ainda no que diz respeito à regulamentação das microrregiões, em 30 de março de 2022, as Assembleias Gerais das Microrregiões de Água e Esgoto do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3) aprovaram a inclusão das deliberações previstas no artigo 11-B da Lei Federal 11.445/2007, alterado pela Lei Federal 14.026/2020, que determina que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico devem definir as metas de universalização em aditivos contratuais aos contratos de concessão/programa.

Nesse mesmo contexto, para a implementação do novo marco legal, o governo federal revogou, em 2023, o Decreto Federal 10.710/21, que estabelecia regras para a comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas prestadoras de serviços de abastecimento de água e esgoto. Dois outros decretos federais, de números 11.598 e 11.599, permitiram, por sua vez, a ampliação do prazo de vigência dos contratos.



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CNPJ/MF 76.484.013/0001-45

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

CVM 01862-7

www.sanepar.com.br






MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

A criação da TSAE
Garantiu desconto
de 50% na tarifa
da primeira faixa
de consumo para
famílias de
baixa renda.

Em 2023, três importantes decisões tiveram efeito direto sobre a Sanepar. A primeira, em outubro, quando a 6ª Assembleia Geral Extraordinária das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE- 2 e MRAE-3) decidiu pela uniformização e extensão do prazo de vigência dos contratos de 319 municípios atendidos pela Companhia até junho de 2048, como forma de preservar a modicidade tarifária até a universalização. Esse conjunto de municípios representa 95% da receita da empresa e inclui o município de Maringá (prazo não uniformizado), cujo termo aditivo que prorrogou a concessão até agosto de 2040 está em discussão judicial.

Em outra ação, a 7ª Assembleia Geral Extraordinária das Microrregiões Centro- Litoral (MRAE-1), Centro- Leste (MRAE-2) e Oeste (MRAE3) aprovou, em novembro do mesmo ano, requerimento da Sanepar para adequação e regularização de 25 contratos provisórios por meio de prestação direta regionalizada, com prazo uniformizado até junho de 2048, de forma a atender as metas previstas para universalização dos serviços de água e esgoto conforme o novo marco legal, com preservação da modicidade tarifária. Os 25 municípios representam, aproximadamente, 5% da receita total da Sanepar.

Por fim, em dezembro de 2023, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), em reunião extraordinária, deliberou sobre o requerimento da Sanepar para comprovação da capacidade econômico-financeira, também em atendimento à nova legislação federal, e deci diu por atestar, em primeira e segunda etapas, a capacidade econômico-financeira da Companhia para atender as metas legais nos 345 municípios atendidos.

Em junho de 2024 o Governo Federal sancionou a Lei nº 14.898/2024, que instituiu a Tarifa Social de Água e Esgoto (TSAE) em todo o país, garantindo um desconto de 50% na tarifa da primeira faixa de consumo (15 m³) para famílias de baixa renda, inscritas no Cadastro Único ou que tenham indivíduos com deficiência ou idosos, recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A nova lei entrou em vigor em 10 de dezembro de 2024, e a partir de então os prestadores de serviço têm até 24 meses para implementar a Tarifa Social. A Sanepar oferece o Programa Água Solidária, destinado a famílias de baixa renda, identificadas em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (Sejuf) do Paraná, no âmbito da Tarifa Social, desde 2004. Os benefícios concedidos pelo Programa alcançaram 383.387 mil famílias e somaram R\$ 383,3 milhões



CAPITAL FINANCEIRO

Vantagens competitivas



OUTPUTS / ENTREGAS

4,3 milhões
de economias ativas de água

99,9% de conformidade
da água distribuída

81,4% de cobertura
da rede de esgoto

100% do esgoto
coletado tratado

3,5 milhões
de economias ativas de esgoto

64,2 mil toneladas
de resíduos tratados por ano

OUTCOMES / GERAÇÃO DE VALOR

Alto índice de conformidade
ao padrão de potabilidade (99,9%)

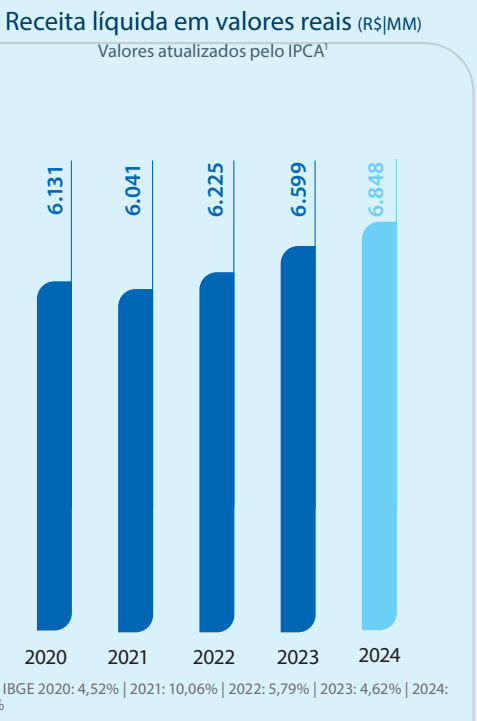
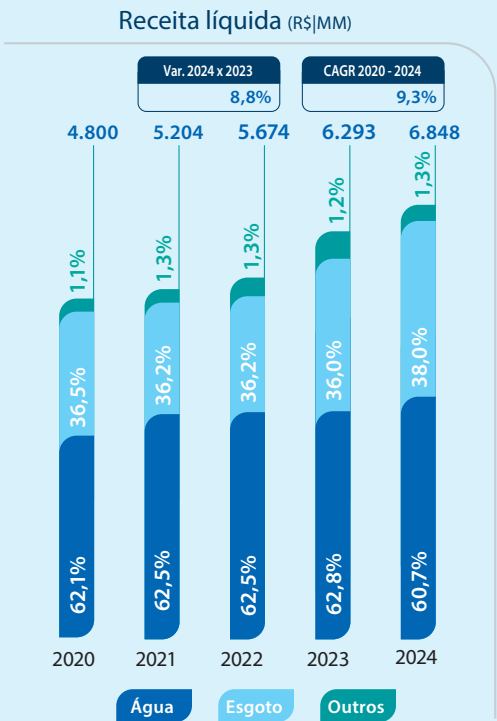
Índice de atendimento da coleta de esgoto acima
da média nacional, com impacto positivo
na saúde e na qualidade de vida dos clientes

Pagamento de dividendos
e geração de caixa

Gestão de impactos
e compliance ambiental

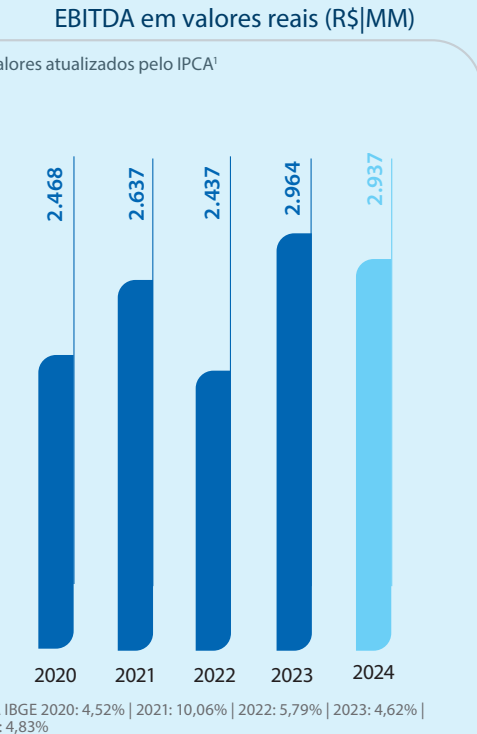
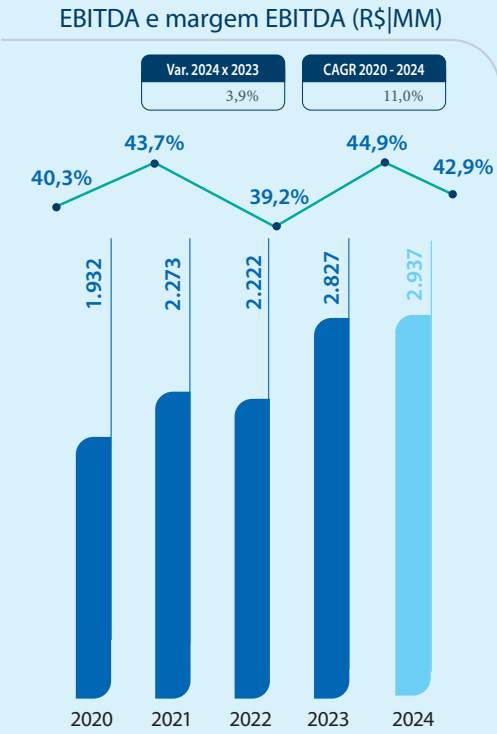
Receita líquida

Em 2024, a receita operacional líquida atingiu R\$ 6,8 bilhões, uma alta de 8,8% em comparação com o ano anterior. Esse resultado se deve, principalmente, aos



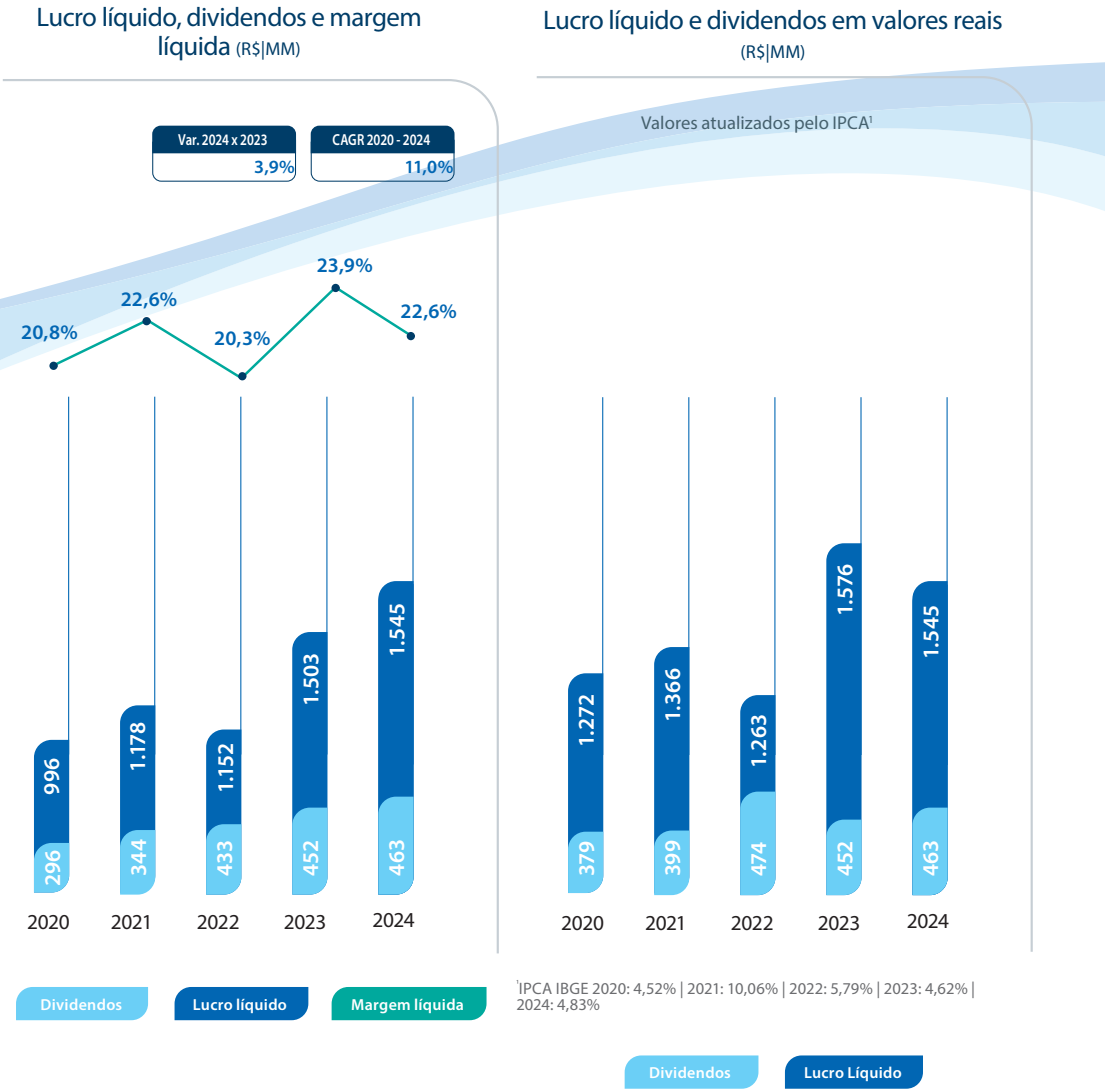
Ebitda e margem Ebitda

Em 2024, o resultado operacional da Companhia, o Ebitda, totalizou R\$ 2,9 bilhões, correspondendo a uma margem de 42,9% – redução de 2,0 p.p. em relação à margem verificada em 2023. A Receita Operacional Líquida teve crescimento de 8,8%, diante do aumento de 13,3% nos custos e despesas operacionais, afetado principalmente, pelos gastos com indenizações trabalhistas que aumentaram 204,2% e



Lucro líquido e margem líquida

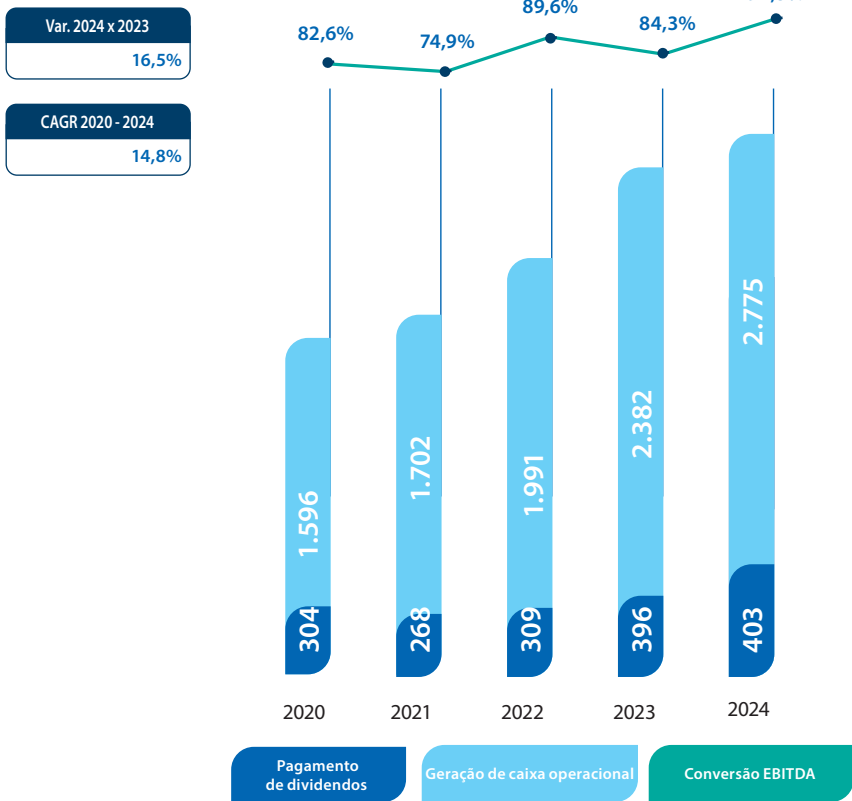
Em 2024, o Lucro Líquido foi de R\$ 1,5 bilhão, 2,8% superior na comparação com o resultado de 2023. A margem líquida reduziu 1,3 p.p., alcançando 22,6% no ano, em função do crescimento de 13,3% dos custos e despesas operacionais, compensada pela economia tributária decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios.



Geração de caixa operacional

A operação da Sanepar gerou um caixa de R\$ 2,8 bilhões em 2024, 16,5% superior a 2023. No mesmo ciclo, a Companhia pagou R\$ 403,1 milhões em remuneração aos acionistas.

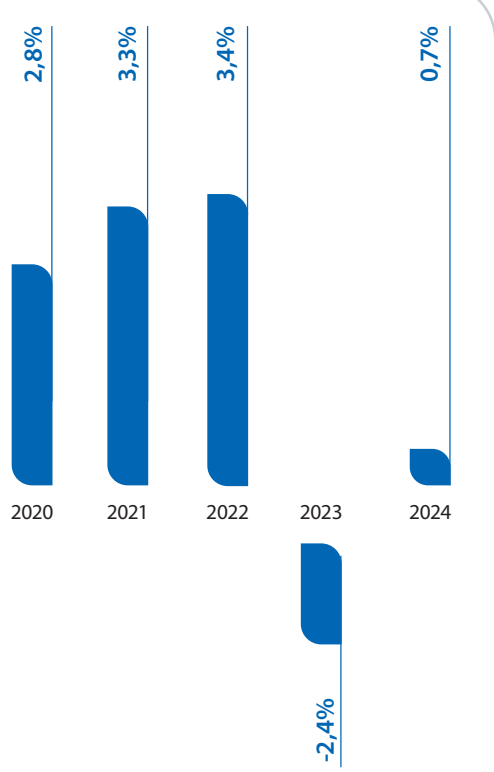
Geraçõ de caixa, dividendos e conversão EBITDA (R\$|MM)



Inadimplência

Após o término do programa RECLIP, houve redução de 14% nos parcelamentos (contas a faturar) em relação ao mesmo período de 2023, além do aumento de R\$ 21 milhões em pendências ativas dos clientes particulares. Apesar disso, a arrecadação cresceu 12,84% em relação a 2023, impulsionada por ações como cortes por inadimplência e o uso do PIX, que já representa 20% do total arrecadado. As ações de cobrança foram intensificadas e geraram R\$ 191 milhões em pagamentos regularizados, reforçando a recuperação de pendências.

Inadimplência



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br









Captação de recursos

A Sanepar capta recursos de terceiros junto a bancos públicos – como Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e ao mercado de capitais, com o objetivo de expandir a prestação dos serviços e manter a liquidez da Companhia.

Em 2024, foram realizadas as seguintes captações junto a instituições financeiras:

Caixa Econômica Federal: R\$ 366,4 milhões

BNDES: R\$ 115,6 milhões

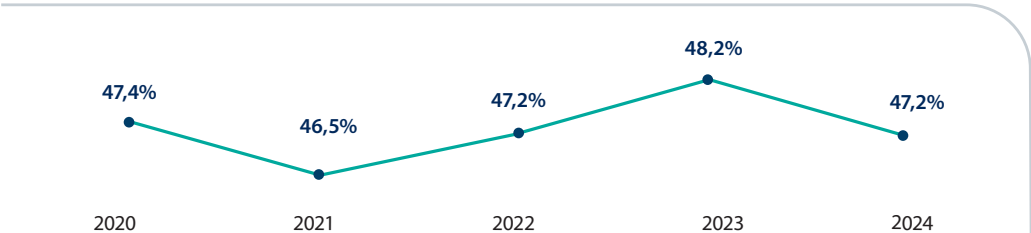
Banco KFW: R\$ 151,6 milhões

Além desses montantes, em janeiro, a Sanepar efetuou a 14ª emissão de debêntures, captando R\$ 600 milhões no mercado. Os recursos são destinados à complementação do plano de investimentos, nos projetos elegíveis (conforme definido na Escritura de Emissão), incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia. Os papéis ofertados atendem, ainda, a critérios da Agenda ASG, sendo classificados como títulos sustentáveis e azuis.

Endividamento

A Companhia encerrou o exercício com Ativos de R\$ 20,5 bilhões, Patrimônio Líquido de R\$ 10,8 bilhões e dívida total de R\$ 9,7 bilhões. O índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 47,2% em 2024.

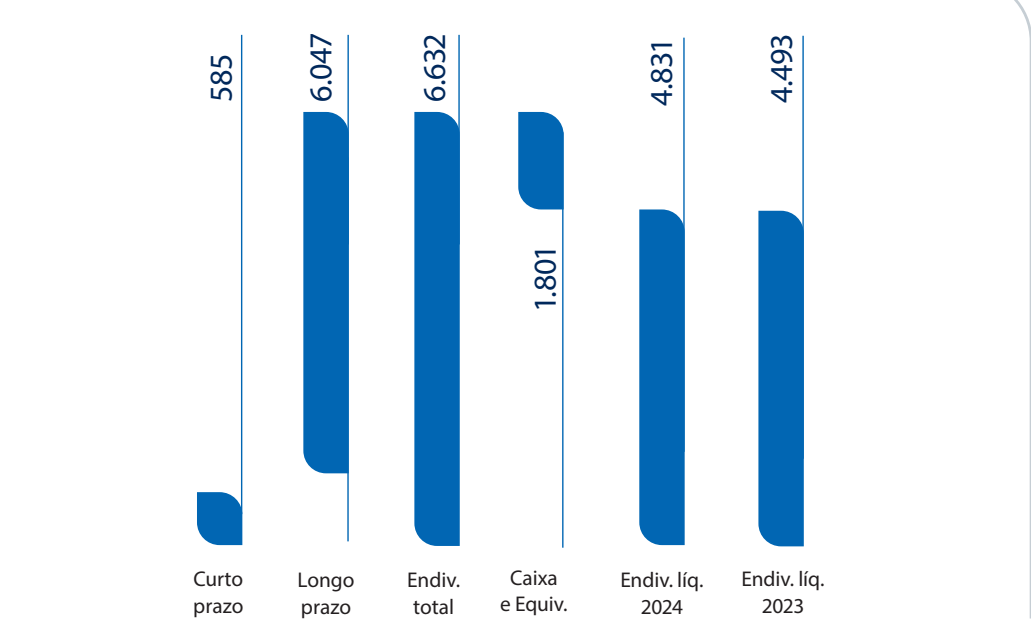
Endividamento sobre o ativo (%)



Dívida líquida

A Dívida Líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia em relação ao fluxo de receita, totalizou R\$ 4,8 bilhões em 2024, enquanto a relação Dívida Líquida versus EBITDA, que mede o índice de alavancagem, sem manteve em 1,6 vez em 2024.

Dívida Líquida (R\$|MM)



Investimentos e planejamento financeiro

100%
da população
urbana

Já recebe água tratada.

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) da Sanepar, em consonância com a Política de Investimentos e com o Programa de Investimentos da Companhia, visa garantir: o abastecimento de água e sua qualidade; atendimento aos compromissos assumidos nos contratos de concessão e de programa, especialmente os relacionados à universalização dos serviços de esgoto; suprimento das demandas oriundas de diagnósticos operacionais voltadas à manutenção e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; parcerias com o Poder Concedente; Compliance ambiental; resíduos sólidos urbanos; infraestrutura administrativa, entre outros. Os investimentos em infraestrutura administrativa buscam aperfeiçoar o ambiente de trabalho, aquisição de equipamentos administrativos e de transportes, e a aquisição de soluções de TI, além da modernização e adequação às normas de acessibilidade nas centrais de relacionamento dos clientes da Sanepar, assegurando assim o atendimento para as localidades onde a Companhia opera.

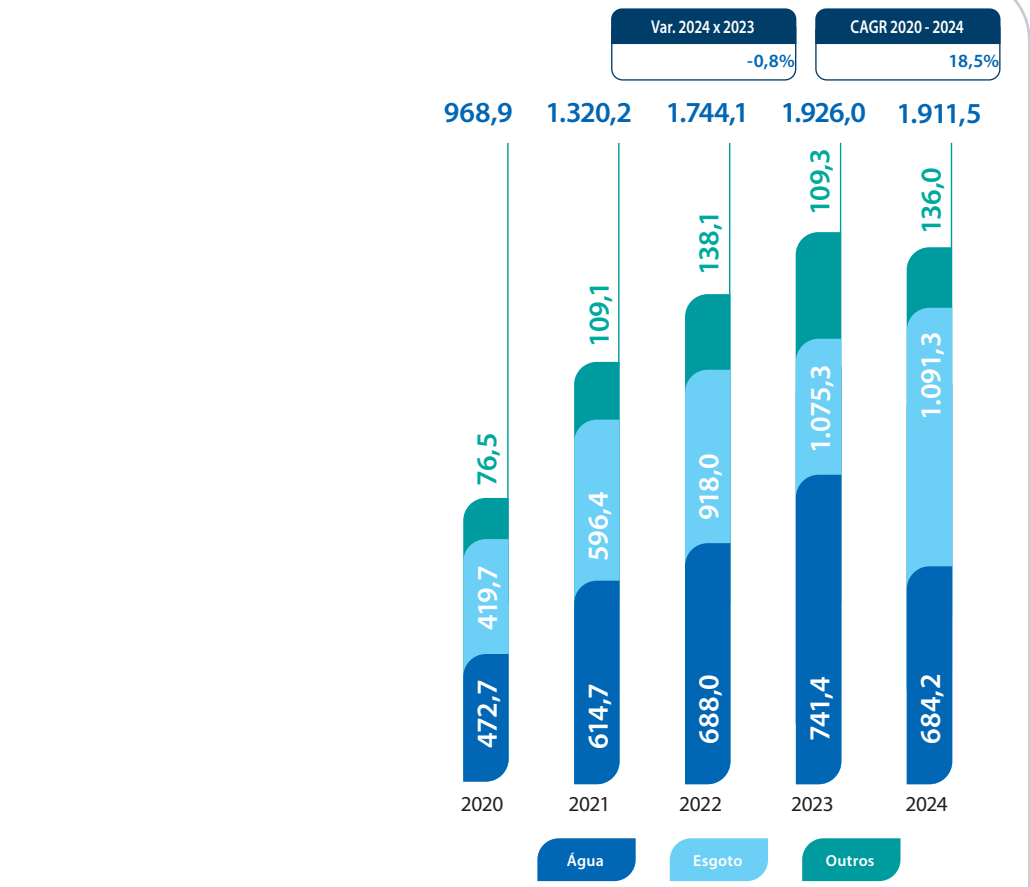
No contexto da universalização, a Sanepar está bem colocada no que diz respeito à distribuição de água tratada, pois já atende a 100% da população urbana. No que se refere à coleta de esgoto, o índice atingido em 2024 é de 81,44%. Já são 33 municípios universalizados com mais de 90% de IARCE, e

em alguns deles ainda haverá ampliações previstas visando atender metas contratuais. Em municípios menores, onde não há sistema de esgotamento implantado, a Sanepar vem estudando alternativas de atendimento que garantam serviços de qualidade sem prejudicar a sustentabilidade econômica da Companhia. No ano de 2024 a Sanepar implantou sistema de esgotamento sanitário em 8 destes municípios, e para o quinquênio há previsão de implantação em outros 52.

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é elaborado para ciclos de cinco anos e acompanhado trimestralmente pelo Conselho de Administração e passa por revisões anuais pela Sanepar.



Investimentos (R\$ MM)



Gerência Geral	Realizado 2024				
	Água	Esgoto	RSU	Outros	Total
Região Metropolitana e Litoral	227,4	365,0	-	18,1	610,5
Região Sudeste	100,8	107,7	-	3,5	212,0
Região Sudoeste	109,6	265,9	-	10,3	385,8
Região Nordeste	111,4	170,8	1,6	7,3	291,1
Região Noroeste	135,0	181,9	4,1	2,8	323,8
Dimensão Estratégica	-	-	-	88,3	88,3
Total	684,2	1.091,3	5,7	130,3	1.911,5

Nota: valores administrativos são contabilizados na estrutura central, não sendo completamente rateados para abrangências GGS.

Contexto regulatório

Em junho, a AGEPAR aprovou o Plano de Fiscalização da Base de Ativos Regulatórios (BAR) do serviço de saneamento básico de água e esgoto, e abriu consulta pública para o Manual de Revisão Tarifária Periódica.

A inserção da Sanepar em ambiente regulado ocorreu efetivamente no ano de 2017, com mudanças no seu sistema tarifário por meio da 1ª Revisão Tarifária Periódica (RTP). A Companhia, que até então praticava tarifa por custos, passou a utilizar o modelo de tarifa econômica, submetendo-se ao regime de eficiência. Em abril de 2017, foi aprovado o índice de reposicionamento tarifário de 25,63%, diferido em 8 (oito) anos, sendo aplicado um reposicionamento médio de 8,53% em 2017 e mais 7 (sete) parcelas de 2,11%, acrescidas das correspondentes atualizações. A 2ª RTP da Sanepar foi instaurada com decisão da Agência Reguladora para que ocorresse em duas fases, tendo sido a primeira em 2021 e a segunda em 2023. O resultado da primeira fase foi apresentado durante a Reunião Extraordinária nº 012/2021 do Conselho Diretor da AGEPAR, em abril de 2021. Na ocasião, ficou decidida a aprovação do reposicionamento tarifário de 5,7701%, com aplicação anual do Fator X de 0,98% sobre a parcela B da tarifa. Em relação à segunda fase, o Conselho Diretor da AGEPAR homologou o índice de reajuste de 8,2327%, que contemplou o cálculo final do reposicionamento tarifário em abril de 2023, com reajustes tarifários anuais (IRT) de 2022 e 2023, indexados ao IPCA, e o Fator X de 0,08%, aplicado sobre a tarifa total resultante do P0 (exceto as parcelas financeiras), com início de vigência da nova tarifa a partir de 17 de maio de 2023. Para definir o reajuste tarifário a ser aplicado em 2024 nos serviços de

saneamento básico de água e esgoto da Sanepar, a AGEPAR abriu consulta pública para a Nota Técnica nº 010/2023 - Metodologia de Reajuste Tarifário Anual dos Serviços de Saneamento Básico de Água e Esgoto, em setembro de 2023. O documento, que recebeu contribuições da Sanepar, foi homologado em janeiro de 2024 pelo Conselho Diretor da AGEPAR. Após essa decisão, a Sanepar protocolou o pedido de Índice de Reajuste Tarifário anual (IRT 2024) junto à AGEPAR, que por sua vez definiu, em abril, o reajuste de 2,9577%, aplicado sobre a tarifa de equilíbrio, resultando na tarifa média de R\$ 6,6290/m³, conforme metodologia de reajuste vigente na nota técnica, sendo a sua aplicação autorizada a partir de 17 de maio de 2024.

R\$ 6,6290/m³
foi a tarifa média autorizada para maio de 2024.

A 3ª RTP está prevista para 2025 e, para iniciar esse processo, a AGEPAR publicou em março de 2024, a Resolução nº 17 com a aprovação da Metodologia de Avaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) do serviço de saneamento básico (água e esgoto). No mês seguinte, a Resolução nº 20 aprovou o cronograma para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) dos serviços de saneamento básico de água e esgoto.



COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

abrasca
compañia asociada

[B]³
BRASIL
BOLSA
BALCÃO

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A remuneração conferida às ações preferenciais é 10% superior à atribuída às ações ordinárias.

A Sanepar mantém, desde 2017, Política de Dividendos em linha com os preceitos legais, que estabelece os limites e critérios de remuneração aos acionistas por meio da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) que, por sua vez, são atribuídos aos dividendos correspondentes à parcela do lucro líquido da Companhia. Já o Estatuto Social da empresa, cuja última alteração ocorreu em abril de 2024, prevê que a parcela referente ao dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado, em linha com o art. 202 da Lei 6.404/76.

A remuneração aos acionistas, portanto, é

atribuída com base na posição acionária dos meses de junho e dezembro de cada exercício, e as negociações posteriores ao crédito são consideradas ex-dividendos. A remuneração conferida às ações preferenciais é 10% superior à atribuída às ações ordinárias.

Em 27 de junho de 2024, por decisão da 60ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 452,4 milhões, relativos aos proventos do primeiro e do segundo semestres de 2023. Com relação ao exercício de 2024, a administração propõe a distribuição de R\$ 462,9 milhões, correspondentes a 31,5% do lucro líquido ajustado do período. O pagamento ocorrerá em até 60 dias após a aprovação pela AGO das contas do exercício de 2024.

Pay-out ¹

Ano	Pay-out (%)
2020	31
2021	31
2022	40
2023	32
2024	32

¹ Pay-out: percentual de distribuição do lucro

Rentabilidade

A rentabilidade reduziu 1,2 p.p. em relação ao patrimônio líquido, de 16,2% em 2023 para 15,0% em 2024. O retorno sobre o capital investido diminuiu 1,0 p.p., passando de 12,4% em 2023 para 11,4% em 2024.

Rentabilidade sobre o patrimônio líquido (%)

Ano	ROE (%)
2020	15,2%
2021	15,9%
2022	13,9%
2023	16,2%
2024	15,0%

Retorno sobre o capital investido (%)

Ano	ROCE (%)
2020	11,7%
2021	12,7%
2022	10,7%
2023	12,4%
2024	11,4%

GERAÇÃO DE VALOR

Em fevereiro de 2024, a Sanepar alcançou a nota A- no ranking da Carbon Disclosure Project (CDP).

Investidores

A Sanepar integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, relativo a critérios ASG, pelo segundo ano consecutivo e é a Companhia com a melhor classificação na carteira no setor de utilidade pública – água e saneamento, dentre as que operam serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto. No ranking da Carbon Disclosure Project (CDP), alcançou, em fevereiro de 2024, a nota A-, três posições acima de 2023, quando ficou com a classificação C. No mês de junho, a plataforma CDP abriu novo ciclo de reporte e este ano a Sanepar divulgará, além das informações referentes a sua gestão de mudanças climáticas, também o desempenho ambiental em segurança hídrica.

Cotação SAPR3, SAPR4 e SAPR11

O cenário econômico mais instável resultou na leve desvalorização das ações da Companhia ao longo de 2024.

O valor de mercado da Companhia passou de R\$ 8,8 bilhões em dezembro de 2023 para R\$ 8,4 bilhões ao final de 2024. As ações ordinárias (SAPR3) encerraram 2024 cotadas a R\$ 5,54 apresentando queda de 1,25% em relação ao fechamento de 2023. As ações preferenciais (SAPR4) encerraram o ciclo a R\$ 5,62, apresentando uma desvalorização de 4,58% em relação ao exercício anterior. As Units (SAPR11), formadas por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais, chegaram ao fim de 2024 cotadas a R\$ 27,79 um desempenho 4,80% inferior ao do fim de 2023. O volume financeiro de negócios com ações da Sanepar somou aproximadamente R\$ 10,0 bilhões em 2024.

Variação - ações 2024 (em R\$)

Mês	SANEPAR ON (R\$)	SANEPAR PN (R\$)	SANEPAR UNITS (R\$)
dez-23	5,89	5,61	29,19
jan-24	5,64	5,33	28,08
fev-24	5,27	5,04	25,83
mar-24	5,25	5,04	26,03
abr-24	5,15	4,95	25,73
mai-24	5,59	5,15	27,31
jun-24	5,59	5,23	27,56
jul-24	5,58	5,18	27,52
ago-24	5,85	5,40	28,66
set-24	5,96	5,68	29,48
out-24	5,54	5,15	27,00
nov-24	6,06	5,88	30,25
dez-24	5,62	5,54	27,79

Sociedade

Em 2024, a Sanepar gerou R\$ 5,1 bilhões em valores tangíveis para a sociedade, incluindo pagamento de tributos, financiamentos, contratação de fornecedores, remuneração de colaboradores, benefícios e remuneração aos acionistas.

Dos valores adicionados e não distribuídos, pode-se destacar o Lucro Líquido do Exercício não Distribuído de R\$ 1,1 bilhão. Esse montante será destinado a investimentos em políticas públicas de saneamento, que contribuirão positivamente para ampliar a cobertura de serviços à população e elevar os indicadores de qualidade de vida e saúde no estado do Paraná.

RELACIONAMENTO COM CLIENTES

Em 2023, foi estabelecida PPP para prestação de serviços de esgotamento sanitário na microrregião Centro-Litoral do Paraná.

A partir da instituição das microrregiões pela Lei Complementar Estadual 237/2021, a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser compartilhada entre os municípios e o estado do Paraná. Ambos se manifestam por meio dos colegiados microrregionais. As ações são avaliadas de forma regionalizada, considerando a universalização e as demais metas estabelecidas pelo novo marco legal do saneamento para cada município.

Em julho de 2023, a Sanepar estabeleceu a primeira Parceria Público-Privada (PPP) voltada para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 16 municípios da microrregião Centro-Litoral do Paraná (MRAE-1). A PPP

tem prazo de vigência de 24 anos e 5 meses, com previsão inicial de R\$ 773 milhões em investimentos.

Pouco mais de um ano depois, em setembro de 2024, ocorreu a abertura dos envelopes no âmbito da Concorrência Internacional nº 001/2024, das Parcerias Público-Privadas (PPPs) para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 112 municípios das microrregiões Centro-Leste (MRAE-2) e Oeste (MRAE-3) do Paraná, que foi subdividida em três lotes com 36, 48 e 28 municípios cada. Os prazos médios de vigência são de 24 anos e englobarão R\$ 2,2 bilhões em investimentos.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 20/03/2025
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/20/SANEPAR1581434020032025.pdf>

Hash: 1742420280830dfc69ff2d4b2898428d6406b91ed2

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



abrasca

companhia associada

[B]³

BRASIL
BOLSA
BALCÃO

Microrregiões

A titularidade dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser compartilhada em colegiados, nos quais os municípios têm 60% dos votos e o Estado do Paraná, os outros 40%. Entre as atribuições dos colegiados, destacam-se o planejamento e a instituição de diretrizes sobre os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais urbanas.

As microrregiões estão compostas da seguinte maneira:

OESTE

208

CENTRO-LITORAL

36 municípios

CENTRO-LESTE

155 municípios

Microrregião Oeste

É formada por 208 municípios, incluindo Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu.

4,01 milhões de habitantes

Microrregião Centro-Leste

É formada por 155 municípios, incluindo Londrina, Ponta Grossa e Guarapuava.

3,56 milhões de habitantes

Microrregião Centro-Litoral

É formada por 36 municípios, incluindo Curitiba, São José dos Pinhais e Colombo.

3,87 milhões de habitantes

Os desembolsos para saneamento rural em 2024 podem chegar a R\$ 9,4 milhões. Para 2025-2029, há previsão de atender 23 aldeias indígenas e comunidades quilombolas com serviços de fornecimento de água.

Além de manter o abastecimento de água para 100% dos moradores das cidades, a Sanepar também quer garantir o acesso à água potável para pequenas comunidades rurais do Paraná.

Assim, para atingir as metas de universalização, a Companhia incrementou os investimentos no saneamento rural e em comunidades quilombolas e aldeias indígenas, limitando os desembolsos a 0,15% da receita líquida de água e esgoto do ano anterior.

Em 2024, foram firmadas 31 parcerias com municípios, com investimentos de R\$ 9 milhões, beneficiando cerca de 1.960 famílias (aproximadamente 7.840 pessoas) com acesso à

água potável. Para o ciclo 2025-2029, estão previstos investimentos de R\$ 67 milhões.

O Programa Sanepar Rural foi recentemente reconhecido com o Prêmio Boas Práticas, na categoria Segurança Hídrica, pelo Pacto Global da ONU na COP28, destacando suas ações em comunidades rurais, distritos isolados e áreas quilombolas e indígenas.

Para o período de 2025-2029, há previsão de atender 23 aldeias indígenas com serviços de fornecimento de água em 14 municípios operados.



PLANO ESTRATÉGICO CICLO 2025-2029

O principal desafio da Sanepar para os próximos anos é estar preparada para os impactos causados por novos cenários, em especial eventos climáticos extremos, sem medir esforços para atingir as metas de universalização do Novo Marco Legal do Saneamento. A Companhia busca cumprir as metas sem descuidar da qualidade de seus serviços para a população e preservando o equilíbrio econômico-financeiro.

Em novembro de 2024, a Companhia Concluiu a revisão anual do seu Plano de Investimentos, com foco na universalização dos serviços e compliance regulatório.



Plano Plurianual de Investimentos - 2025 a 2029 (em milhões de R\$)

	2024*	2025	2026	2027	2028	2029	2025 a 2029
Capex regulatório **	2.101,9	2.013,4	1.966,7	1.745,1	1.714,1	1.872,8	9.312,2
Resíduos sólidos / água industrial	4,9	11,4	0,9	1,5	1,2	15,0	30,0
Capitalizações **	179,4	160,9	169,3	176,3	185,0	198,9	890,4
Doações de redes	28,3	29,9	27,6	28,2	28,9	29,5	144,1
Parcerias **	67,4	145,0	281,7	304,5	319,9	397,2	1.448,3
Total	2.381,9	2.360,6	2.446,2	2.255,6	2.249,1	2.513,4	11.824,9

	2024*	2025	2026	2027	2028	2029	2025 a 2029
Água	778,9	765,5	774,6	793,7	1.031,4	1.168,8	4.534,0
Esgoto	1.469,1	1.411,3	1.546,5	1.344,2	1.093,6	1.237,0	6.632,6
Outros	133,9	183,8	125,1	117,7	124,1	107,6	658,3
Total	2.381,9	2.360,6	2.446,2	2.255,6	2.249,1	2.513,4	11.824,9

*Valores do Plano Plurianual de Investimentos divulgado em Fato Relevante de 08/11/2023.
**Componentes da base tarifária de água e esgoto da Companhia, conforme 2ª Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Valores sólidos

Apesar do cenário de desafios, a Sanepar mantém inabaláveis seus objetivos estratégicos e eixos norteadores:



Sustentabilidade – assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos negócios; conservar o meio ambiente; promover a responsabilidade social.



Clientes e poder concedente – manter e ampliar o mercado; elevar a satisfação do cliente com atendimento de qualidade e inovação.



Excelência operacional – garantir a efetividade operacional dos produtos e serviços; aprimorar e inovar projetos e processos.



Capital humano – aperfeiçoar e desenvolver a cultura organizacional; consolidar os processos da empresa em um ambiente íntegro, colaborativo e inspirador.

Governança corporativa

A Sanepar reafirma seu compromisso com os princípios de governança corporativa, incorporando a transparência e a integridade em suas ações internas e externas. Anualmente, após a aprovação do Conselho de Administração, a Companhia publica o Plano de Trabalho Integrado de Gerenciamento de Riscos Estratégicos, Controle Interno Corporativo e Compliance. O documento descreve detalhadamente os princípios, diretrizes, regras, responsabilidades e conceitos, de forma a possibilitar a identificação, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos e dos controles internos nos processos da empresa.

Além dele, a Sanepar mantém o Programa de Integridade, composto por um conjunto de políticas, normas e procedimentos voltados para que a Companhia, por intermédio de uma governança corporativa alinhada ao seu propósito, missão e valores, pratique uma cultura de integridade. O objetivo é que todos e cada um de seus administradores e empregados ajam de acordo com os processos, políticas e regras estabelecidos. Essas normas orientam para uma gestão de prevenção e mitigação de riscos que atue de maneira íntegra e honesta, agregando valores para a Sanepar do ponto de vista da credibilidade e da confiabilidade na qualidade do serviço público prestado. Além disso, elas são importantes para a promoção de um ambiente empresarial e de negócios cada mais diverso e ambientalmente sustentável, sem corrupção, fraude ou conflito de interesses. Por meio de uma atuação preventiva, é possível a detecção, o monitoramento e a resposta a condutas lesivas ao interesse público, ao respeito à diversidade, ao empregado, ao consumidor, ao parceiro de negócios e terceiros em geral, ao poder concedente, aos investidores e aos acionistas.

O programa aplica-se a todos os agentes de governança, empregados, estagiários, aprendizes e prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Sanepar ou atuando em nome dela. As regras servem de referência para fornecedores, empreiteiros, prestadores de serviço em geral e demais parceiros de negócios. Todos que interagem com ou em nome da Sanepar devem seguir as normas estabelecidas nos instrumentos de integridade e na legislação.

Em março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a primeira versão da Política de Continuidade de Negócios. A medida busca a resiliência e a sustentabilidade do negócio na ocorrência de um incidente, por meio do planejamento, implementação e execução de Planos de Continuidade de Negócios (PCNs), garantindo a retomada oportuna e aceitável das atividades críticas das transações para os níveis aceitos e dentro dos objetivos de tempo de recuperação acordados.

Ao longo do ano, a Sanepar revisou os seguintes documentos: Estatuto Social da Companhia; Regulamento de Proteção às Informações; e Regimentos Internos dos Comitês de Inovação, ASG, de Auditoria Estatutária e da Auditoria.

Em março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a primeira versão da Política de Continuidade de Negócios, buscando resiliência e sustentabilidade do negócio em caso de ocorrência de um incidente.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 20/03/2025
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/20/SANEPAR1581434020032025.pdf>
Hash: 1742420280830dfc69ff2d4b2898428d6406b91ed2

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CNPJ/MF 76.484.013/0001-45

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

CVM 01862-7

www.sanepar.com.br

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

SUSTENTABILIDADE

A Companhia realiza atividades de produção e difusão de conhecimentos técnicos e científicos com ênfase no setor ambiental.

As questões de sustentabilidade são intrínsecas à atividade do setor de saneamento. As operações da Sanepar geram impactos ambientais positivos e negativos relacionados à preservação do ciclo da água na natureza e às obras de abastecimento em áreas cada vez mais urbanizadas. A incorporação de aspectos sociais relativos ao fornecimento de água e ao tratamento de esgoto dentro dos padrões de qualidade, mediante pagamento de tarifa módica, também contribui para o desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em parceria com universidades e centros de pesquisa, públicos e privados, do Brasil e do exterior, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Além disso, realiza atividades de produção e difusão de conhecimentos técnicos e científicos com ênfase no setor de saneamento ambiental, e celebra cooperações por meio de Acordos de Cooperação Técnica, Memorando de Entendimento e Protocolo de Intenções.

Outras ações desenvolvidas em 2024:

Desde 2023 a Sanepar, por meio da intervenção socioambiental em novas obras de saneamento, implanta Jardins de Água e Mel, iniciativa que prevê o cultivo e a disseminação de informações sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs); promove o plantio de sementes diversas e serve de referência para a criação, ampliação e suporte a hortas escolares, comunitárias e urbanas. Também busca fortalecer práticas de compostagem, de forma a construir valores e atitudes voltadas à conservação ambiental. Um dos objetivos é aumentar progressivamente a população de abelhas nativas sem ferrão, espécie ameaçada em razão do avanço da ocupação espacial humana. A ideia é que elas voltem a ocupar os espaços, promovendo o trabalho ecossistêmico de grande valor para o ambiente.

Segue em andamento a oficina "Sustentabilidade: da Escola ao Rio". A oficina faz parte dos serviços previstos na intervenção socioambiental, criada para mobilizar professores e alunos, preferencialmente de cursos técnicos em meio ambiente, magistério, recursos renováveis e afins, para o monitoramento dos rios que compõem as bacias hidrográficas nas quais as escolas estão inseridas. A oficina também visa formar multiplicadores capazes de disseminar o conceito de pertencimento e o cuidado com esses rios, encorajando a população a integrar estes conceitos no seu dia-a-dia.

Em 2024 foram reciclados na agricultura 31.351 toneladas de lodo (higienizado) gerado a partir do tratamento do esgoto em cerca de 40 Unidades de Gerenciamento de Lodo (UGLs) de Estações da Sanepar. O produto final (biossólido) fornecido pela Sanepar (gratuitamente) beneficiou 132 agricultores do Estado do Paraná, promovendo a correção de solo e aporte de nutrientes e matéria orgânica para diversas culturas, como soja, milho, café, trigo, entre outras.

A empresa mantém, pelo terceiro ano consecutivo, zero não conformidades, conforme atestado por certificadoras distintas no sistema de Gestão Ambiental. Em especial, com certificados ISO 14001 no Aterro Sanitário de Cianorte e, desde 2019, nos sistemas de água e de esgoto de Foz do Iguaçu.

A Companhia conduz o Programa Fundo Azul, que desenvolve projetos e intervenções visando a preservação, conservação, recuperação de bacias de mananciais e de áreas de recarga de poços tubulares profundos. Em 2024, no que diz respeito às bacias de mananciais, a Sanepar realizou as seguintes parcerias: Termo de Cooperação com a Cooperativa Frisia para a Fase 3, que tem por objeto "elaboração de estudo técnico com vistas ao afastamento dos resíduos armazenados em esterqueiras instaladas nas bacias de mananciais de abastecimento de Ponta Grossa (afluentes da Represa Alagados) e Castro (Rio São Cristóvão).

O Programa Água Segura da Sanepar, que integra as ações de conservação tanto de pequeno porte, com parcerias nos municípios, quanto ações a longo prazo, como a Reserva Hídrica do Iguaçu, que terá capacidade para armazenar dois bilhões de litros de água, volume suficiente para abastecer Curitiba por cinco dias.

Obtenção de licenciamento ambiental para obras estratégicas como: Implantação de sistema de aproveitamento energético de biogás e secagem térmica do lodo na ETE Sul de Londrina; Anuência do IBAMA e Autorização de Supressão de Vegetação para o reservatório da Barragem do Miringuava e acessos no entorno, em São José dos Pinhais; Implantação de tratamento por lodos ativados na ETE Biguaçu de Apucarana; Implantação de novos SES em Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Itaipera do Oeste, Juranda, Missal, Nova Prata do Iguaçu, Paulo Frontin, Ramilândia, Roncador e Serranópolis do Iguaçu.

Plano de Gestão Socioambiental na comunidade impactada pelas obras de ampliação da ETE Atuba Sul, com o objetivo de informar e orientar a comunidade do entorno da obra.

A Sanepar é signatária do Pacto Global das Nações Unidas desde 2019 e adota os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), trabalha para o cumprimento de suas metas e para a disseminação e promoção da Agenda 2030. Assim, a Companhia considera os 17 ODS igualmente importantes e intrinsecamente ligados entre si. Por outro lado, para auxiliar a abordagem e viabilizar a devida internalização, decidiu estrategicamente pela priorização dos cinco objetivos listados a seguir:

6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

3

SAÚDE E BEM-ESTAR

5

IGUALDADE DE GÊNERO

12

CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

13

AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Ações da Sanepar que atendem aos ODS priorizados:

6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Água potável e saneamento

- Tarifas diferenciadas;
- Água Solidária;
- ODS em pauta;
- Revitalização de rios urbanos;
- Serviços de saneamento;
- Participações em comitês de bacias;
- Sustentabilidade: da Escola ao Rio;
- Eficiência energética;
- Agenda ambiental;
- Lodo de esgoto - uso agrícola;
- Metodologia de análise e soluções de problemas de perdas (MASPP);
- Convênios de pesquisa;
- Se Ligue na Rede;
- Educação ambiental em bacias de mananciais;
- Caixa d'Água Boa;
- Saneamento rural;
- Capacitação de facilitadores no saneamento;
- Visitas mediadas;
- Programa Fundo Azul;
- Programa Água Segura;
- Ambiente regulado.

3

SAÚDE E BEM-ESTAR

Saúde e bem-estar

- Tarifas diferenciadas;
- Comitê da diversidade, equidade e inclusão;
- Serviços de saneamento;
- Se Ligue na Rede;
- Caixa d'Água Boa;
- Operação verão nas praias / Verão Paraná: Viva a Vida;
- Saneamento rural;
- Programa Água Segura;
- Educação à distância;
- Programa Mente Sã;
- Programa para Pessoas com Deficiência;
- Redução de jornada para filhos PcD;
- Licença maternidade e paternidade estendida;
- Plano de saúde privado;
- Saúde ocupacional.

5

IGUALDADE DE GÊNERO

Igualdade de gênero

- Educação de gênero à distância;
- Código de conduta e integridade;
- Programa Existir;
- Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão;
- Guia da diversidade;
- Licença-maternidade e paternidade estendida;
- Vagas voltadas a vítimas de violência doméstica;
- Curso de manutenção hidráulica para mulheres;
- Política de remuneração;
- Operação verão nas praias /Verão Paraná: Viva a Vida.

12

CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Consumo e produção responsáveis

- Plano de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Inventário de Gases de Efeito Estufa;
- ODS em pauta;
- Revitalização de rios urbanos;
- Serviços de saneamento;
- Operação verão nas praias/Verão Paraná: Viva a Vida;
- Capacitação de facilitadores no saneamento;
- Educação ambiental em bacias de mananciais;
- Visitas mediadas;
- Convênios de pesquisa;
- Tarifas diferenciadas;
- Ambiente regulado;
- Lodo de esgoto - uso agrícola;
- Eficiência energética;
- Comitês de bacias;
- Programa Fundo Azul;
- Agenda ambiental.

13

AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Ação contra a mudança global do clima

- Inventário de Gases de Efeito Estufa;
- Economia circular;
- Aproveitamento energético do biogás;
- Eficiência energética;
- Parcerias e cooperação técnicas;
- Participação em fóruns deliberativos e articulação setorial;
- Educação ambiental;
- Programa Fundo Azul;
- Conservação de mananciais;
- Programa de Redução de Perdas.



A definição de prioridades, realizada com a participação de representantes de todas as diretorias da Companhia, permite orientar os investimentos, ações e programas, estabelecendo um caminho possível para alcançar as metas da Agenda 2030 com responsabilidade, consistência, e geração de valor para os acionistas, empregados e a sociedade.

Ao priorizar os ODS, a Sanepar torna evidente o cuidado com o ambiente interno e o entorno, buscando garantir boas condições para que a própria organização, empregados e parceiros comerciais possam desenvolver-se e prosperar em conjunto com a natureza e a sociedade.

Para fazer frente ao risco de indisponibilidade hídrica, a Sanepar desenvolve o Programa Água Segura. O projeto visa promover a segurança hídrica por meio de ações de conservação e gestão de recursos hídricos

CAPITAL HUMANO

A Sanepar investiu fortemente em ações humanizadas e programas relacionados à segurança, saúde e bem-estar para proporcionar um ambiente de trabalho cada vez mais saudável e seguro. Ao longo de 2024, a equipe Sanepar superou os desafios com criatividade e eficiência, conquistando bons resultados por mais um ano. Os esforços da Companhia refletiram-se diretamente na melhoria da qualidade de vida dos empregados e de seus familiares.

Neste ano, a Sanepar também implementou um Plano de Demissão Voluntária (PDV), como forma de reconhecimento aos empregados de longa data, oferecendo benefícios e suporte financeiro para aqueles que optassem por aderir ao programa. Essa iniciativa visou facilitar uma transição de carreira mais suave, agradecendo a contribuição desses colaboradores ao longo das trajetórias profissionais de cada um e garantindo que possam finalizar as carreiras de forma justa e respeitosa, com apoio para planejar os próximos passos da vida.

Por outro lado, nesse mesmo ano, a Companhia, realizou um concurso público ofertando 102 vagas, acrescido pelo cadastro de reserva técnica, distribuídas em 126 municípios do Estado do Paraná, que contou com 56.392 inscrições.

Clima organizacional

O Índice de Satisfação dos Empregados avalia o clima organizacional na Sanepar e é medido via Fale Francamente, onde abordou os seguintes

temas: benefícios e facilidades, remuneração, condições de trabalho, desenvolvimento e capacitação, comunicação interna, relacionamento e integração, integridade e credibilidade, lideranças, reconhecimento, respeito, imagem e rumo, orgulho e engajamento. De posse dos resultados, as gerências elaboraram planos de ação, visando melhorias nos temas com índice inferior a 70%.

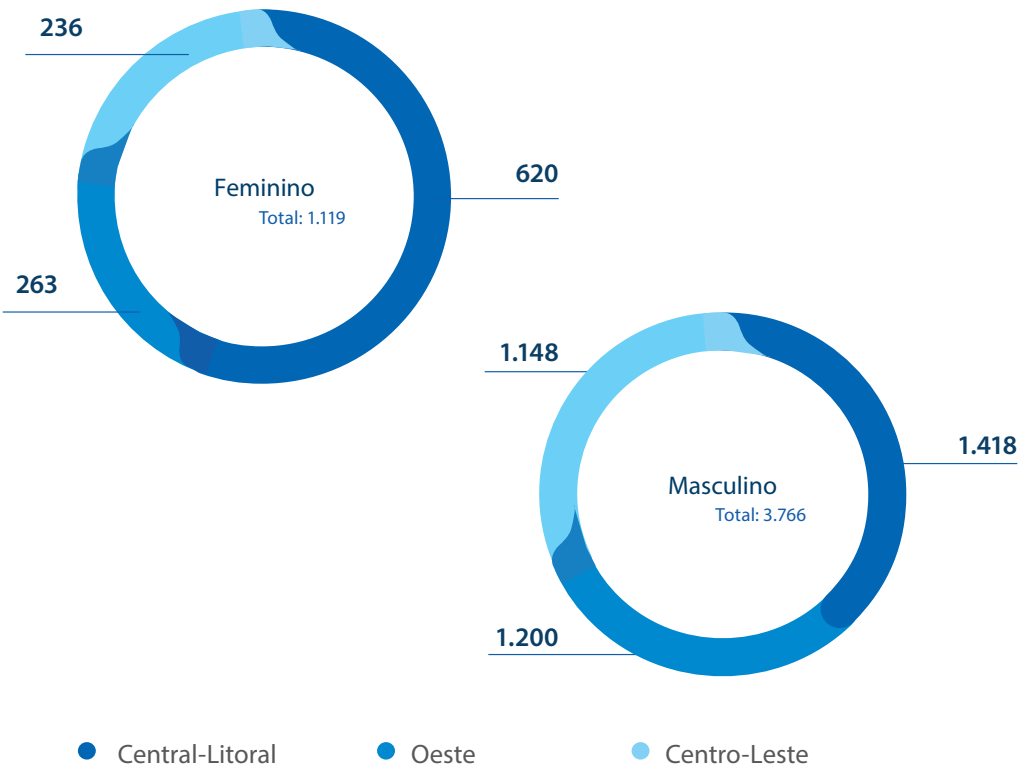
A pesquisa recebeu contribuições de 4.881 empregados (cerca de 75,42% do total) e o resultado demonstrou o Índice de Satisfação de 77,45%. Entre os temas mais bem-avaliados, Orgulho e Engajamento obteve 82,82% de satisfação, com destaque para as perguntas: “Você é feliz em trabalhar na Sanepar?” e “De forma geral avalie o seu grau de satisfação em trabalhar na Sanepar”, que alcançaram 84,59% e 83,95% de satisfação, respectivamente.

Política de Gestão de Pessoas

A Política de Gestão de Pessoas da Sanepar, aprovada pelo Conselho de Administração, preconiza a necessidade de “proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro, refletindo diretamente na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e, por extensão, na de seus familiares” como diretriz de segurança, saúde e bem-estar. Dessa forma, o documento contribui para a implementação de práticas ASG, com orientações sempre atualizadas.

Em julho de 2024, teve início o Programa de Saúde Mental e Combate à Dependência Química, uma iniciativa em conjunto com a Fundação Sanepar. A Companhia reconhece e valoriza as diferenças e a promoção de um ambiente de trabalho ainda mais respeitoso, justo, seguro, inclusivo e acolhedor.

Distribuição geográfica por microrregião



Diversidade, equidade e inclusão

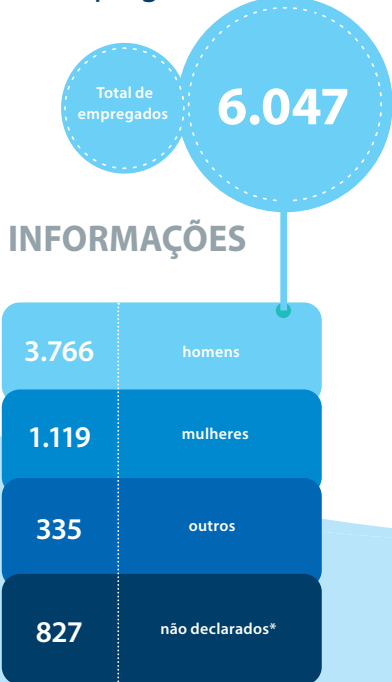
A Sanepar conta com um Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão, o Comitê EXISTIR, atuante em demandas corporativas para o cumprimento do disposto na Política de Diversidade, Equidade e Inclusão. O comitê colabora com a Diretoria Executiva e presta apoio direto à área de Gestão de Pessoas nas tratativas relativas aos temas.

Dentre as ações com viés social interno, realizadas em 2024, merecem destaque:

- Celebração de Termos de Cooperação com as Associações de Empregados e com o Rotary Internacional, por meio do Rotary Club Corporativo Sanepar, para a realização de campanhas sociais e eventos corporativos.
- Programa de Voluntariado Corporativo e criação de comitê específico com as campanhas Inverno Solidário e Outubro Rosa, voltado à saúde da mulher; e para a arrecadação de mantimentos e itens de limpeza para as vítimas das enchentes na região de União da Vitória (PR).
- Patrocínio de corridas de rua em diversas localidades do estado, como forma de estimular práticas de melhoria da qualidade de vida, da integridade física e mental, e do equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho. As iniciativas contaram com a participação de centenas de empregados e de milhares de pessoas da sociedade.
- Implementação digital do Cadastro Espontâneo de Intenção de Transferência (CEIT), ferramenta que visa divulgar o desejo de movimentações e transferências dos empregados efetivos dentro da Companhia.

A Sanepar, por meio de acordos coletivos de trabalho e da Política de Gestão de Pessoas, atua nas definições de benefícios sociais, trabalhistas e ações afirmativas para a promoção do respeito a todos os empregados e para a mitigação de passivos trabalhistas. A seguir o perfil dos empregados da Sanepar:

Perfil dos empregados



A Sanepar passou a atualizar o cadastro do gênero, passando a ter os dados com a realidade atual.

Gráfico escolaridade



Gráfico escolaridade

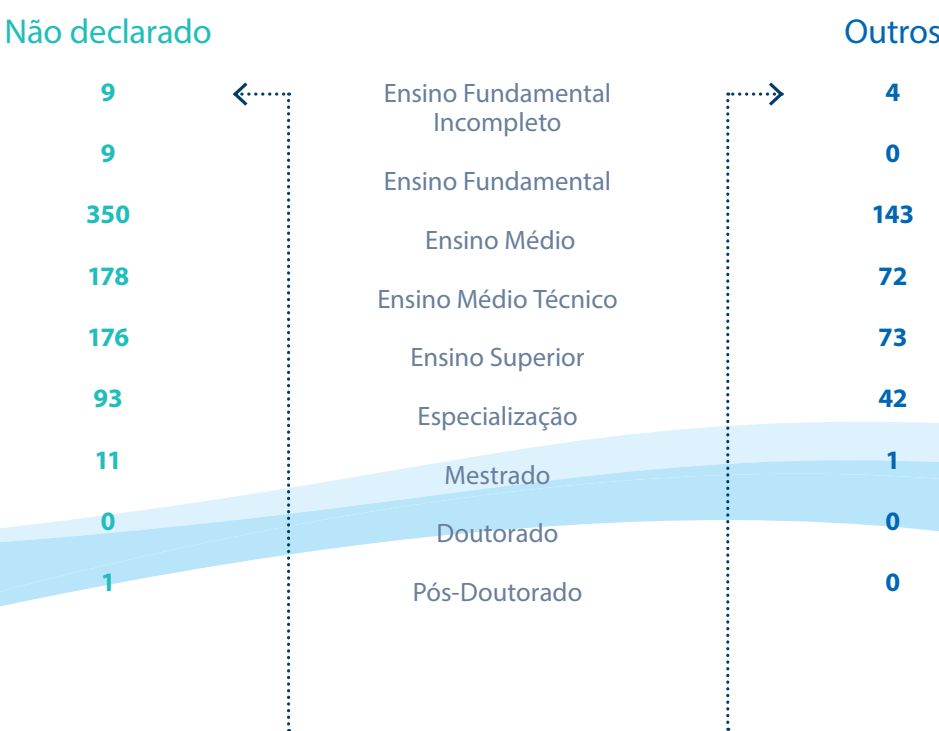


Gráfico funções de liderança

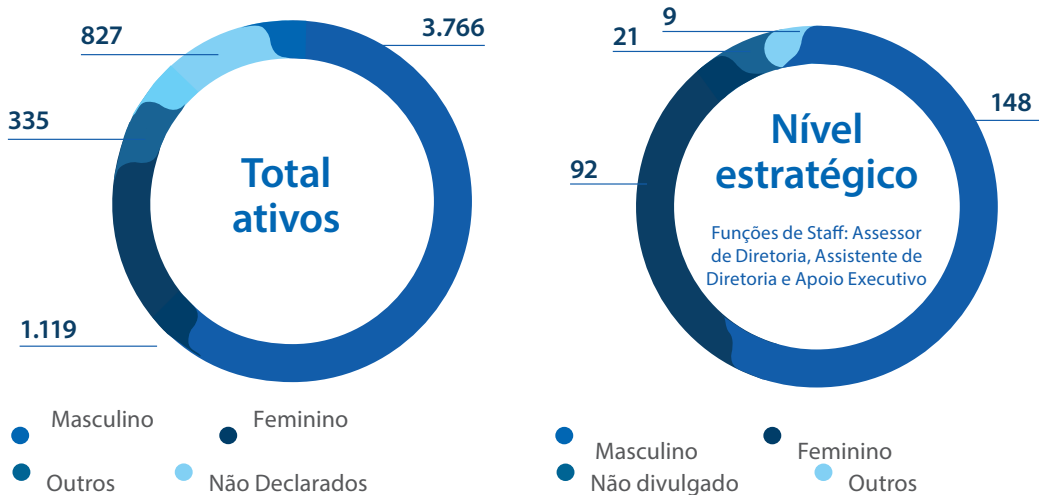


Gráfico funções de liderança

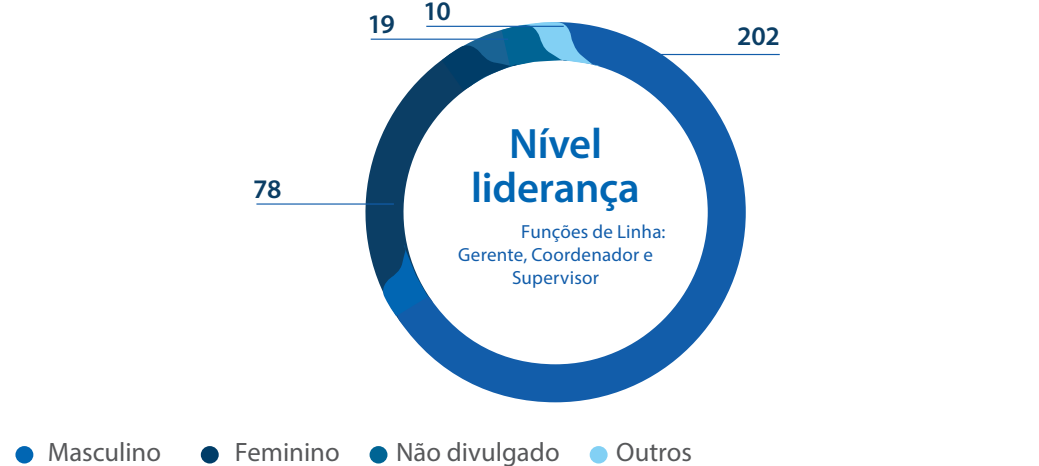
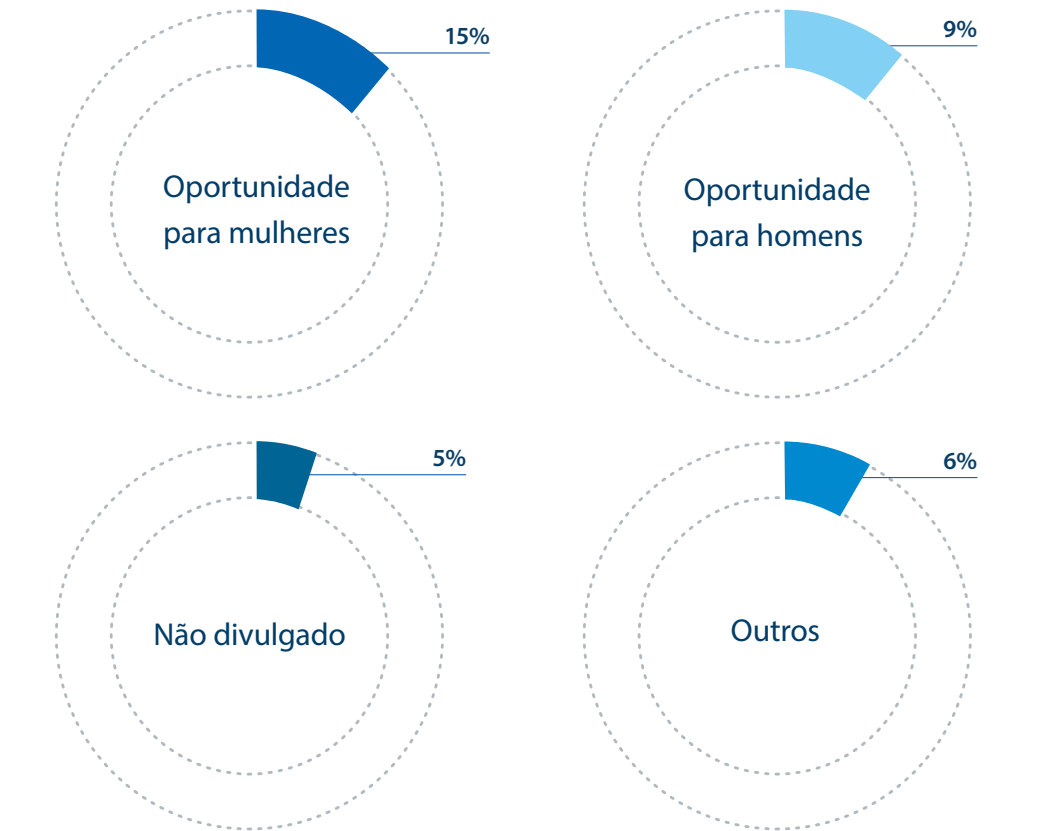


Gráfico Índice de Oportunidade – mulheres x homens



Oportunidade: Significa o total de empregados feminino/masculino/não divulgado e outros, que ocupam funções de liderança ou estratégica, quando comparado com o grupo total.

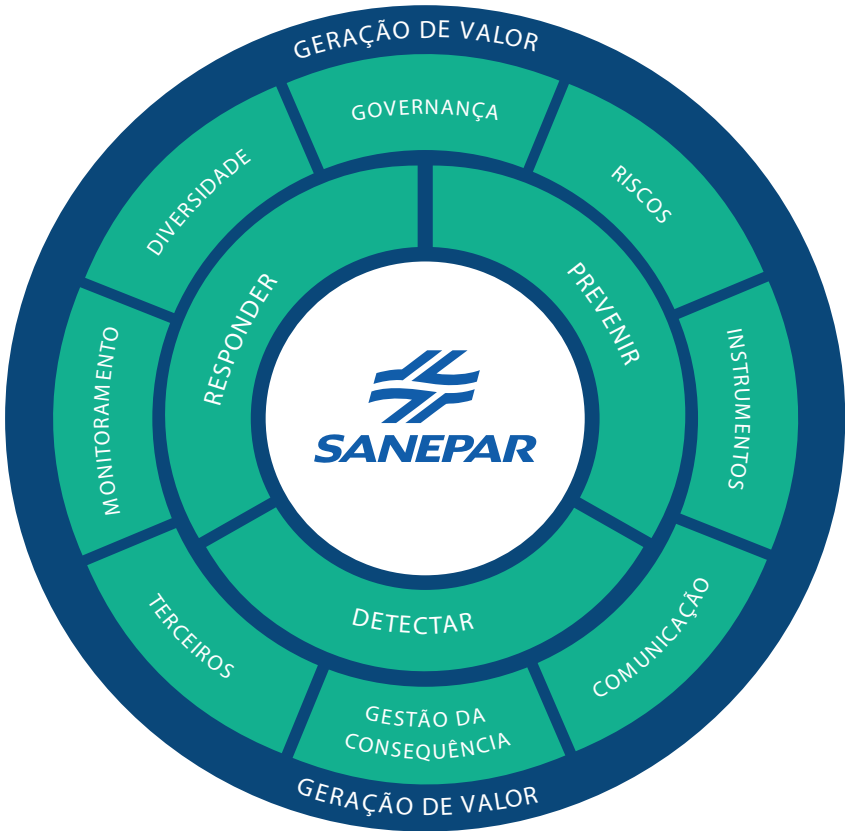
INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Governança, riscos e compliance

Instituído há cinco anos, o Programa de Integridade da Sanepar tem consolidado a cultura de governança, riscos e compliance na Companhia. Baseado principalmente nas leis 13.303/2016 – Lei das Estatais e 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, seu principal intuito é atuar na prevenção, detecção e resposta a atos em desacordo com os regramentos internos e externos, no entanto, o ganho com sua implementação é substancial quando se nota a evolução da Sanepar, demonstrada nas participações em índices como o de Sustentabilidade Empresarial – ISE da B3, Carbon Disclosure Project – CDP, Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos, entre outros.

O compromisso do programa é com o cumprimento das responsabilidades em que a estrutura de governança corporativa está inserida, com o papel de subsidiar e dar os devidos direcionamentos à Companhia.

O Programa de Integridade está ancorado em oito pilares:



Considerando que a prevenção é o foco principal do Programa de Integridade, em 2024 a Diretoria Adjunta de Governança, Riscos e Compliance disseminou o conteúdo do programa por meio de cursos obrigatórios aos empregados, como o do Código de Conduta e Integridade e do Regulamento Disciplinar. Além dos cursos em formato Educação a Distância (EAD) a Companhiaio promoveu rodadas presenciais ao longo do Estado com a oficina “Como você faria?” um formato leve e lúdico que obteve resultados satisfatórios juntos aos empregados.

Como parte da gestão da integridade e das consequências, a Sanepar realiza a ampla divulgação de seu Código de Conduta e do Regulamento Disciplinar. Os documentos conferem mais instrumentalidade e eficiência tanto para o Comitê de Conduta quanto para as lideranças. A alta administração e seus agentes de Governança são informados trimestralmente a respeito dos resultados de apuração e das medidas tomadas por Compliance, Núcleo de Compliance, Comitê de Conduta e lideranças da Companhia, visando proporcionar melhorias e monitoramento do processo.

A Sanepar mantém para os públicos interno e externo um Canal de Denúncias independente, garantindo a confidencialidade dos autores de relatos, das pessoas envolvidas na investigação do caso e do conteúdo das denúncias. A Companhia repudia toda e qualquer discriminação ou retaliação contra denúncias que, de boa-fé, comuniquem transgressões e suspeitas de transgressões, mesmo nos casos de denúncias infundadas.

Quando identifica indícios suficientes nas denúncias recebidas, a Sanepar instaura procedimentos internos, de acordo com o Regulamento Disciplinar, para levantamento dos fatos. Esse documento estabelece os meios para a tomada de decisão, envolvendo medidas disciplinares nos casos de violações do Código de Conduta e Integridade, e descumprimento de leis, normas, políticas e demais procedimentos internos.

O regulamento detalha, ainda, as medidas a serem tomadas conforme o nível de gravidade da conduta denunciada. O caso pode ser levado ao Comitê de Conduta ou à liderança imediata dos denunciados, para a devida gestão das consequências. Em todo o processo, há respeito ao direito de defesa dos denunciados e ao anonimato dos denunciantes.

A atuação dos órgãos de governança da Sanepar é constantemente avaliada por empresa externa independente, em linha com as previsões da legislação vigente, permitindo a evolução contínua do processo.

Transparência e proteção de dados

O Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) da Sanepar propõem-se a assegurar a transparência no ambiente empresarial. Em setembro de 2024, a empresa aprovou o Regulamento de Proteção às Informações para estabelecer critérios para a proteção, restrição ou sigilo de dados e informações. O documento norteia ações para manter proteções e restrições legais, estratégicas, comerciais, industriais, autorais, financeiras, bancárias, fiscais, pessoais e outras. O objetivo é orientar os administradores, os membros de conselhos e comitês, os empregados e as pessoas que tenham qualquer relação comercial ou contratual com a Sanepar, quanto ao uso e a disponibilização de dados e informações às pessoas naturais, jurídicas e despersonalizadas, vinculadas ou não à Companhia, que desejam requerê-las.

Além disso, todos os dados relevantes da Companhia estão em um site, estabelecendo um fluxo para a solicitação e a obtenção de informações da Companhia.

Serviços prestados por auditores independentes

A Sanepar respeita a independência do auditor externo e entende a importância e sua capacidade para julgar e atuar com integridade e objetividade ao emitir relatórios ou pareceres imparciais.

Entre 2017 e 2023, a Sanepar manteve contrato com a BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda para a execução dos serviços de auditoria independente das Demonstrações Contábeis dos exercícios anuais e para a emissão dos relatórios de revisão especial sobre as Informações Contábeis Intermediárias do 3º trimestre de 2017 e dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2018 a 2023.

Atualmente, a Companhia mantém contrato com a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, datado de 19 de fevereiro de 2024, para prestação de serviços de auditoria externa e independente das demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2024 e 2025, e para a emissão dos relatórios de revisão especial sobre as Informações Contábeis Intermediárias dos 1º, 2º e 3º trimestres destes anos. Auditores da Grant Thornton também foram contratados para certificar os indicadores de Sustentabilidade do Relato Integrado de 2024 e 2025, conforme recomenda a CVM.

Não foram executados pelos auditores independentes outros serviços que não os aqui relatados.

BALANÇO SOCIAL ANUAL

A Sanepar apresenta seu balanço social com o intuito de reforçar a transparência perante empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas, clientes e a sociedade em geral.

A Companhia utiliza o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Com o objetivo de demonstrar seus valores éticos, como a participação, a igualdade, a diversidade de gênero e raça, a inclusão de Pessoas com Deficiência, entre outros, a Companhia presta contas de sua real situação.

A análise dos dados elucida em quais pontos a Companhia já avançou e em quais questões necessita melhorar, revelando os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.



Balanço social anual - 2024

	2024			2023		
1) Base de cálculo	Valor (mil R\$)			Valor (mil R\$)		
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.848.219			6.292.736		
Lucro Operacional (LO)	2.082.162			2.024.321		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.428.626			1.177.074		
2) Indicadores sociais internos	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
Alimentação	118.942	8,33	1,74	112.050	9,52	1,78
Encargos sociais compulsórios	267.419	18,72	3,90	250.087	21,25	3,97
Previdência privada	46.966	3,29	0,69	40.722	3,46	0,65
Saúde	107.602	7,53	1,57	96.603	8,21	1,54
Vale-transporte	1.065	0,07	0,02	1.040	0,09	0,02
Segurança e saúde no trabalho	22.266	1,56	0,33	16.681	1,42	0,27
Educação	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.929	0,42	0,09	5.298	0,45	0,08
Creches ou auxílio-creche	1.685	0,12	0,02	1.955	0,17	0,03
Participação nos lucros ou resultados	118.219	8,28	1,73	115.007	9,77	1,83
Outros	327.383	22,90	4,77	149.872	12,73	2,38
Total - indicadores sociais internos	1.017.476	71,22	14,86	789.315	67,07	12,55
3) Indicadores sociais externos	Valor (mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL	Valor (mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL
Cultural, artístico, audiovisual e desportivo	13.368	0,64	0,20	13.209	0,65	0,21
Fundos da Criança e do Idoso	4.300	0,21	0,06	4.000	0,20	0,06
Programas de Assistência à Saúde e Oncológico	4.299	0,21	0,06	4.530	0,22	0,07
Lazer e diversão	4.940	0,24	0,07	1.540	0,08	0,02
Outros	699	0,02	0,01	36	-	-
Total das contribuições para a sociedade	27.606	1,32	0,40	23.315	1,15	0,36
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.125.513	54,06	16,44	1.061.036	52,41	16,86
Total – indicadores sociais externos	1.153.119	55,38	16,84	1.084.351	53,56	17,22
4) Indicadores ambientais	Valor (mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL	Valor (mil R\$)	% Sobre LO	% Sobre ROL
Relacionados com a operação da empresa	2.209.307	106,11	32,26	2.031.962	100,38	32,29
Em programas e/ou projetos externos	194.095	9,32	2,84	138.534	6,84	2,20
Total dos investimentos em meio ambiente	2.403.402	115,43	35,10	2.170.496	107,22	34,49
5) Indicadores do corpo funcional	2024			2023		
Nº de empregados(as) ao final do período		6.047			6.121	
Nº de admissões durante o período		4			0	
Nº de estagiários(as)		81			103	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		3.517			3.308	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		1.119			1.292	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		26,90%			26,90%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa¹		291			308	
Nº de pessoas com deficiências ou necessidades especiais²		107			95	
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		29,5			16,9	
Número total de acidentes de trabalho		134			137	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2024: 5.081.237			Em 2023: 4.619.790		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	25,5% governo	30,2% colaboradores(as)		26,4% governo	27,5% colaboradores(as)	
	9,1% acionistas	13,9% terceiros	21,3% retido	9,8% acionistas	13,6% terceiros	22,7% retido

¹ Cota de afrodescendentes em Concurso Público a partir do ano-calendário 2005;

² Cota de deficientes físicos em Concurso Público a partir do ano-calendário 2000.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CNPJ/MF 76.484.013/0001-45

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

CVM 01862-7

www.sanepar.com.br









NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
1. CONTEXTO OPERACIONAL					
A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos. No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas. A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa. A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pe 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que se encontra em discussão judicial; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia. Quando do vencimento da concessão, o município deverá ressarcir à Companhia os valores dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão no Município de Maringá. Foi distribuído no Supremo Tribunal Federal (STF), ao Ministro Ricardo Lewandowski, à época, o Recurso Extraordinário com Agravo (ARE), sob nº 1363547, o qual teve seu seguimento negado em 16/02/2022, restando pendente a análise do Agravo Interno interposto, em 19/09/2022. Também no STF, nas datas de 20/04/2022, 23/05/2022 e 05/08/2022 foram realizadas audiências de conciliação, com o apoio do Centro de Mediação e Conciliação do STF e participação do Ministério Público Estadual do Paraná, nas quais a Sanepar apresentou proposta ao Município, todavia, estas restaram infrutíferas. Conforme nota de “Comunicado ao Mercado”, na data de 07/02/2023, a Companhia e o Município de Maringá peticionaram nos autos do ARE nº 1363547, conjuntamente, requerendo a suspensão do processo, por 30 (trinta) dias, em razão de demandas internas, em sede administrativa, inerentes ao objeto da ação. O recurso foi transferido para a relatoria do Ministro Cristiano Zanin, em virtude da aposentadoria do Ministro Ricardo Lewandowski, tendo sido julgado, de forma virtual, entre 07/02/2025 a 14/02/2025, sendo os embargos de declaração rejeitados. Conforme determinação judicial, o contrato não se extingue até que o Município efetue o pagamento da indenização devida à Companhia.					
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
2.1. Declaração de Conformidade					
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem ainda as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração. As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 20 de fevereiro de 2025.					
2.2. Base de Mensuração e Apresentação					
As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, exceto pelas reavaliações reconhecidas, como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na Nota Explicativa 3 de práticas contábeis.					
2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação					
Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma, quando aplicável.					
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS					
A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. As principais práticas e políticas contábeis materiais, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram: a) Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros – Nota Explicativa 4 b) Caixa e Equivalentes de Caixa – Nota Explicativa 5 c) Contas a Receber de Clientes – Nota Explicativa 6 d) Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos – Nota Explicativa 6 e) Ativos Financeiros Contratuais – Nota Explicativa 10 f) Ativo de Contrato – Nota Explicativa 11 g) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros – Nota Explicativa 11 h) Investimentos – Nota Explicativa 12 i) Imobilizado e Intangível – Nota Explicativa 13 j) Arrendamentos: Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 13 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 14. k) Parceria Público-Privada PPP: Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 13 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 14. l) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment) – Nota Explicativa 13 m) Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos – Nota Explicativa 14 n) Imposto de Renda e Contribuição Social – Nota Explicativa 16 o) Provisões e Passivos Contingentes – Nota Explicativa 18 p) Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica – Nota Explicativa 19 q) Partes Relacionadas – Nota Explicativa 20 r) Remuneração aos Acionistas – Nota Explicativa 22.f s) Receitas – Nota Explicativa 23 t) Estoque: Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização. u) Passivo Circulante e Não Circulante: Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados <i>pro rata</i> <i>de</i>, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente. v) Concessões: A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma: Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei nº 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei nº 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia. Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Programas”, em observância as regras da Lei nº 11.445/07 – Marco Regulatório, celebrados até a edição da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. A Lei nº 14.026, de 2020, vedou a formalização de Contrato de Programa com Sociedade de Economia Mista ou Empresa Pública, sem prévio procedimento licitatório. A Companhia não celebrou novos contratos após a edição da Lei nº 14.026. w) Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método indireto) e do Valor Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. x) Uso de Estimativas e Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas demonstrações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir: Redução do valor recuperável de ativos financeiros A Companhia avalia nas datas de fechamento do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivado do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor e representa a melhor estimativa. Provisão para perdas esperadas na realização de créditos A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e esperadas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. Impostos Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de autoridades fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Em observância ao IPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa. A resolução CVM nº 197, de 26 de dezembro de 2023, aprovou o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa normativa trata das alterações da Reforma Tributária Internacional - regras e modelo do Pilar dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A administração da Companhia entende que não haverá impactos nas suas Demonstrações Contábeis. Plano de aposentadoria e plano de assistência médica O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.					
Novas normas, alterações e interpretações					
As emissões/alterações de normas <i>International Accounting Standards Board</i> (“IFRS”) efetuadas pelo IASB que são efetivas para os períodos ou exercícios iniciados em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas: - <i>Alteração da norma IAS 21 – Falta de convertibilidade:</i> esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de convertibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; - <i>Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis:</i> estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma; - <i>Emissão da norma IFRS 19 – Controladas sem obrigação legal de divulgação:</i> Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações contábeis consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma; - <i>Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros:</i> esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma; e - <i>Melhorias anuais nas normas IFRS:</i> efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira audição relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.					
4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa. 4.1. Gestão de Risco Financeiro Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões					

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 Pub: 20/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/20/SANEPAR1581434020032025.pdf>

Hash: 1742420280830dfc69ff2c4b62898428d6406b91ed2

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CNPJ/MF 76.484.013/0001-45

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

CVM 01862-7

www.sanepar.com.br









As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo, classificadas no nível 2 da hierarquia do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento Exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Caixa Exclusivo Sanepar I Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Caixa – Responsabilidade Limitada) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e pelos CDB's junto à Caixa (CNPJ 00.360.305/0001-04), com remuneração média de 99,50% do CDI (100,06% em 2023). As aplicações em CDB's possuem rentabilidade de 100,0% a 102,0% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática Contábil:
Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.
Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base em juros de 6% ao ano, e trazidos a valor presente pelas mesmas taxas de atualização.
Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos: Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas esperadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos.
Para os valores de contas a vencerem é constituída a provisão para perdas esperadas utilizando uma matriz que segmenta os saldos por categoria de consumo e idade de vencimento, resultando na melhor expectativa de recuperação destes créditos. Para os valores vencidos de contas a receber de clientes é constituída a provisão considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, e com base nos valores vencidos segregados pelas categorias de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, além dos valores vencidos há mais de 2 anos para o Poder Público Municipal, exceto para os prefeituas que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos. A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas na realização de créditos do setor Estadual devido ao histórico de pagamento.

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2024	2023
Contas a Receber Vincendas	397.550	384.665
Contas a Receber de Parcelamentos	385.657	534.953
Ajuste a Valor Presente	(56.689)	(64.136)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	322.474	287.657
	1.048.992	1.143.139
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	210.801	207.840
De 31 a 60 dias	70.099	77.791
De 61 a 90 dias	32.996	41.500
De 91 a 180 dias	67.548	77.435
Mais de 180 dias	617.792	496.348
Provisão para Perdas Esperadas na Realização de Créditos	(636.354)	(512.326)
	362.882	388.588
Totais de Contas a Receber, líquidas	1.411.874	1.531.727
Circulante	1.250.811	1.260.202
Não Circulante	161.063	271.525

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber, líquidas das perdas esperadas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	2024	2023
Prefeituras Municipais	107.099	(54.515)	(39)	52.545	53.655
Particulares	1.980.668	(581.839)	(56.650)	1.342.179	1.462.488
Setor Federal	1.896	-	-	1.896	2.184
Setor Estadual	15.254	-	-	15.254	13.400
Saldos no Final do Exercício	2.104.917	(636.354)	(56.689)	1.411.874	1.531.727

b) A movimentação da provisão para perdas esperadas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Saldos no Início do Exercício	(512.326)	(582.144)
Valores Registrados como (Despesas)/Reversão	(124.439)	69.698
Baixas, Líquidas das Recuperações	411	120
Saldos no Final do Exercício	(636.354)	(512.326)

c) O saldo de provisão para perdas esperadas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Clientes Particulares	(581.839)	(459.149)
Prefeituras Municipais	(54.515)	(53.177)
Totais	(636.354)	(512.326)

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Saldos no Início do Exercício	(64.136)	(32.060)
Ajuste a Valor Presente	7.447	(32.076)
Saldos no Final do Exercício	(56.689)	(64.136)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Imposto de Renda a compensar	23.184	14.644
Contribuição Social a compensar	3.114	-
Totais	26.298	14.644
Circulante	26.298	14.644

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	-	1.911
Reservas mantidas na CAIXA (1)	134.986	90.059
Outros Convênios (2)	96.570	59.743
Totais	231.556	151.713
Circulante	96.569	61.654
Não Circulante	134.987	90.059

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;
(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos a Empregados	17.075	16.599
Pagamentos Reembolsáveis	436	382
Depósitos Dados em Garantia	1.991	1.932
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (1)	128.630	58.968
Despesas Antecipadas	270	111
Títulos e Outros Créditos	1.485	1.902
Totais	149.887	79.894
Circulante	26.118	22.931
Não Circulante	123.769	56.963

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, conforme previsto em contrato de programa.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Prática Contábil:
Os Ativos Financeiros contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo das contas de programa e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.
Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa o spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.
A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2023	Adições	Receita de AVP	Despesa de AVP	2024
Investimento Não Amortizado	1.923.366	387.144	-	-	2.310.510
Ajuste a Valor Presente	(1.215.139)	(242.275)	31.157	(33.671)	(1.459.928)
Totais	708.227	(a) 144.869	31.157	(33.671)	850.582

a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do exercício (nota explicativa 13c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no exercício foi de 4,36% (4,17% em 2023) que representa o *spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC e levou em consideração os prazos dos Contratos de Programa.

11. ATIVO DE CONTRATO

Prática Contábil:
Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICP 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, são classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.
Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.
Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	2023	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	2024
Projetos e Obras em Andamento	2.667.515	1.711.951	42.225	(5.401)	(1.741.296)	2.674.994
Estoques para Obras	93.498	9.430	-	-	-	102.928
Totais	2.761.013	1.721.381	42.225	(5.401)	(1.741.296)	2.777.922

Durante o exercício de 2024 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$1.721.381 (R\$1.800.046 em 2023), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Londrina, Umuarama, Telêmaco Borba, Cianorte e Medianeira; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Araçongas, Ibaiti, Assis Chateaubriand e Cornélio Procopio. Foram transferidos para o Ativo Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Pato Branco, Araçongas, Campo Mourão, Pérola e Ponta Grossa.

Durante o exercício de 2024 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$42.225 (R\$49.752 em 2023). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 7,2% (9,4% em 2023).

12. INVESTIMENTOS

Outros Investimentos
A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia), enquadrado no nível I decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e outros investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$322, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2024 equivalentem a R\$2.184.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:
Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.
Intangível: O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Programa. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.
A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(v). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.
Arrendamentos: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 14. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.
Ativos de Parcerias Público-Privadas: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos da obrigação. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 14. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado conforme a política aplicável.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2024	2023
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	403.264	(188.329)	214.935	218.171
Outras Imobilizações	2.292	(742)	1.550	456
Direito de Uso em Arrendamento	274.989	(142.851)	132.138	159.425
Totais	680.545	(331.922)	348.623	378.052
Por Natureza			2024	2023
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	2.921	-	2.921
Construções Cíveis	*1,84%	125.484	(28.400)	97.084
Benfeitorias	*2%	3.630	(1.014)	2.616
Instalações	*5,83%	12.215	(5.443)	6.772
Equipamentos	*6,23%	105.463	(49.365)	56.098
Móveis e Utensílios	*7,14%	53.579	(28.177)	25.402
Equipamentos de Informática	*19,82%	46.614	(31.749)	14.865
Veículos	*13,05%	28.840	(22.793)	6.047
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.874	(21.253)	2.621
Ferramentas	*6,67%	1.670	(877)	793
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.266	-	1.266
Direito de Uso em Arrendamento	*28,49%	274.989	(142.851)	132.138
Totais		680.545	(331.922)	348.623

* Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2024	2023
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	7.454.216	(2.386.849)	5.067.367	4.600.873
Sistemas de Esgoto	8.122.770	(2.051.146)	6.071.624	5.346.070
Resíduos Sólidos	6.662	(6.662)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.115	(81.208)	43.907	45.781
Direito de Uso em Arrendamento	200.422	(31.067)	169.355	173.643
Sistemas de Informática em Implantação	-	-	78.694	-
Outros Ativos Intangíveis	294.448	(135.886)	158.562	177.300
Totais	16.282.327	(4.692.818)	11.589.509	10.343.667

Por Natureza			2024	2023
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	338.999	-	338.999
Poços	*3,10%	208.226	(48.121)	160.105
Barragens	*2,67%	263.520	(76.503)	187.017
Construções Cíveis	*2,59%	4.147.219	(915.092)	3.232.127
Benfeitorias	*2,67%	74.921	(9.879)	65.042
Tubulações	*2,64%	7.527.277	(2.134.750)	5.392.527
Ligações Prediais	*3,33%	1.131.937	(377.158)	754.779
Instalações	*5,83%	289.933	(133.573)	156.360
Hidrômetros	*10%	382.770	(157.163)	225.607
Macromedidores	*10%	9.571	(6.191)	3.380
Equipamentos	*6,23%	1.135.621	(461.880)	673.741
Móveis e Utensílios	*7,14%	7.918	(4.442)	3.476
Equipamento de Informática	*19,82%	103.192	(89.415)	13.777
Programas de Informática	*20%	152.161	(90.216)	61.945
Veículos	*13,05%	22.526	(17.828)	4.698
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	28.261	(26.168)	2.093
Ferramentas	*6,67%	378	(274)	104
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	4.823	(1.043)	3.780
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	46.288	(30.847)	15.441
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(81.093)	43.907
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	115	(115)	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	2.555	-	2.555
Direito de Uso em Arrendamento	*35,84%	200.422	(31.067)	169.355
Sistemas de Informática em Implantação	-	78.694	-	78.694
Totais		16.282.327	(4.692.818)	11.589.509

* Taxa Média Ponderada

(1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;

(2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos. A continuidade da operação dos serviços foi autorizada em caráter precário pelo Decreto Municipal de Cianorte nº 3, de 12 de janeiro de 2023, pelo prazo até 30 de abril de 2025 ou até que seja regularizada a prestação de serviço no município nos termos da legislação vigente.

Parceria Público-Privada:
Os ativos vinculados com o contrato de Parceria Público-Privada (Microrregião Centro-Litoral) no montante de R\$501.692 referem-se a cessão pela Companhia da estrutura relacionada a consecução contratual, cujo pagamento iniciou em abril de 2024.
As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.
Em 31 de dezembro de 2024 o valor contábil para cada categoria de ativos vinculados à Parceria Público-Privada registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas			2024	2023
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	6.810	-	6.810
Construções Cíveis	*2,59%	119.562	(33.212)	86.350
Benfeitorias	*2,67%	1.920	(380)	1.540
Tubulações	*2,64%	327.025	(88.217)	238.808
Ligações Prediais	*3,33%	25.903	(8.297)	17.606
Instalações	*5,83%	5.792	(3.210)	2.582
Equipamentos	*6,23%	12.666	(6.958)	5.708
Equipamentos de Informática	*19,82%	1.852	(1.852)	-
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	162	(9)	153
Ativos de PPP		501.692	(142.135)	359.557

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CNPJ/MF 76.484.013/0001-45

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

CVM 01862-7

www.sanepar.com.br









c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2024:							
Descrição	2023	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	2024
Imobilizado							
Terrenos	2.945	-	-	-	-	(24)	2.921
Construções Cívís	95.631	30	(2.401)	(1)	3.917	(92)	97.084
Benfeitorias	2.593	94	(71)	-	-	-	2.616
Instalações	7.467	-	(725)	-	30	-	6.772
Equipamentos	59.456	3.919	(5.870)	(131)	-	(1.276)	56.098
Móveis e Utensílios	27.277	1.528	(3.260)	(143)	-	-	25.402
Equipamentos de Informática	12.174	6.840	(4.033)	(116)	-	-	14.865
Veículos	7.414	56	(1.423)	-	-	-	6.047
Máquinas, Tratores e Similares	2.673	402	(454)	-	-	-	2.621
Ferramentas	877	10	(94)	-	-	-	793
Bens Patrimoniais a Incorporar	120	1.146	-	-	-	-	1.266
Direito de Uso em Arrendamento	159.425	45.412	(72.699)	-	-	-	132.138
Totais Imobilizado	378.052	59.437	(91.030)	(391)	3.947	(1.392)	348.623
Intangível							
Terrenos	328.767	5.081	-	(251)	5.402	-	338.999
Poços	142.778	-	(2.366)	(181)	19.967	(93)	160.105
Barragens	82.872	85	(6.576)	-	136.623	(25.987)	187.017
Construções Cívís	2.777.110	8.185	(98.656)	(354)	593.172	(47.330)	3.232.127
Benfeitorias	51.162	961	(1.819)	-	16.597	(1.859)	65.042
Tubulações	5.020.847	36.712	(180.101)	(1.008)	581.664	(65.587)	5.392.527
Ligações Prediais	695.900	775	(34.733)	(448)	97.192	(3.907)	754.779
Instalações	136.648	559	(16.458)	-	35.611	-	156.360
Hidrômetros	196.365	12	(32.704)	(1.087)	63.021	-	225.607
Macromedidores	3.153	-	(521)	(2)	750	-	3.380
Equipamentos	598.448	34.424	(56.922)	(8.877)	105.381	1.287	673.741
Móveis e Utensílios	3.554	387	(419)	(72)	27	(1)	3.476
Equipamentos de Informática	7.183	47	(2.025)	(20)	8.592	-	13.777
Programas de Informática	56.776	28.747	(24.493)	(989)	1.904	-	61.945
Veículos	5.710	-	(1.004)	(8)	-	-	4.698
Máquinas, Tratores e Similares	2.846	-	(739)	(14)	-	-	2.093
Ferramentas	112	5	(13)	-	-	-	104
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	4.047	-	(294)	-	27	-	3.780
Proteção e Preservação Ambiental	7.328	493	(2.628)	-	10.248	-	15.441
Concessão do Município de Curitiba	45.781	-	(1.874)	-	-	-	43.907
Bens Patrimoniais a Incorporar	2.637	(82)	-	-	-	-	2.555
Direito de Uso em Arrendamento	173.643	286	(4.574)	-	-	-	169.355
Sistemas de Informática em Implantação	-	17.523	-	-	61.171	-	78.694
Total Intangível	10.343.667	134.200	(468.919)	(13.311)	1.737.349	(143.477)	11.589.509
Total Geral	10.721.719	193.637	(559.949)	(13.702)	(a) 1.741.296	(b) (144.869)	11.938.132

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

d) **Análise do Valor Recuperável de Ativos**

Em 31 de dezembro de 2024, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água, água industrial, esgoto e resíduos sólidos.

d.1) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;
- Taxa de desconto pré-imposto (11,47%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*), como sugere o CPC 01 (R1) nos seus itens 55 e 56;
- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX e CAPEX de manutenção, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradora de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

d.2) Unidade Geradora de Caixa – Segmento Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;
- Os resultados econômicos de todas as unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;
- Não existe fato que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos.

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos imobilizado e intangível que estão em operação no valor de R\$9.648 não são recuperáveis, portanto foi registrado um complemento de provisão no valor de R\$5.975. Em 31 de dezembro de 2024 o faturamento e o prejuízo líquido com o segmento de resíduos sólidos foram de R\$15.470 e R\$13.089, respectivamente.

d.3) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água Industrial

A unidade geradora de caixa para operação de Água Industrial possui as seguintes características:

- O contrato de fornecimento de Água Industrial no município de Araucária é considerado como uma UGC pelo fato de haver contabilização específica para este segmento e os ativos ali alocados prestarem serviços exclusivamente para este segmento;
- Em 2023 houve o encerramento do contrato com a Usina Elétrica a Gás de Araucária – UEGA, o qual era o maior cliente, representando cerca de 60% da receita desta UGC;
- Não há até o momento negociações para repassar o volume disponibilizado para outro cliente potencial;
- Considerando as premissas supracitadas, os resultados econômicos projetados e fluxos caixa desta operação demonstram que a UGC continuará gerando resultados insuficientes para suprir a recuperabilidade dos ativos alocados;
- Neste momento não existe fato que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos deste contrato.

Tendo em vista que a UGC de água industrial, apresentou projeção de resultado negativo, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos imobilizado e intangível que estão em operação no valor de R\$7.39% não são recuperáveis, portanto foi registrado provisão no valor de R\$10. Em 31 de dezembro de 2024 o faturamento e o prejuízo líquido com o segmento de água industrial foram de R\$2.546 e R\$324, respectivamente.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS E PPP

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. As obrigações correspondentes aos arrendamentos, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e PPP é a seguinte:

	2024				2023			
Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	-	-	-	190	-	190
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série *	TJLP + 1,92%	-	-	-	-	9.357	-	9.357
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série *	9,19%	IPCA	-	-	-	24.663	-	24.663
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série *	TJLP + 1,92%	-	-	-	-	12.475	-	12.475
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	-	-	-	200.353	-	200.353
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	26	-	26	1.423	26	1.449
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 0,88%	-	14.919	298.777	313.696	17.088	297.648	314.736
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	938	150.843	151.781	915	150.826	151.741
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	68.991	64.891	133.882	4.302	129.241	133.543
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	24.686	38.767	63.453	24.571	62.725	87.296
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	17.745	27.889	45.634	16.960	43.368	60.328
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	4.824	461.860	466.684	4.373	438.727	443.100
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	10.018	398.964	408.982	10.531	398.519	409.050
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	2.519	259.484	262.003	2.286	246.524	248.810
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	73.676	126.638	200.314	67.346	183.161	250.507
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	17.379	295.643	313.022	15.560	301.179	316.739
BNDES - FINAME	7,18%	IPCA	151	32.236	32.387	-	-	-
Arrendamento Direito Uso	12,22%	-	100.966	73.413	174.379	89.345	102.092	191.437
Debêntures 14ª Emissão - Série Única	DI + 1,05%	-	31.789	596.707	628.496	-	-	-
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	2.196	200.944	203.140	2.005	190.985	192.990
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	8.825	342.073	350.898	8.074	325.159	333.233
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série **	5,20%	IPCA	2.803	34.300	37.103	2.795	36.955	39.750
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série **	4,79%	IPCA	6.435	78.924	85.359	5.367	71.138	76.505
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.600	19.923	21.523	1.529	20.453	21.982
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	3.666	45.733	49.399	2.817	37.780	40.597
BNDES - AVANÇAR	3,59% a 5,60%	IPCA	18.701	269.466	288.167	8.835	229.568	238.403
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	138.569	2.049.018	2.187.587	112.543	1.803.873	1.916.416
Parceria Público-Privada PPP	-	IPCA	2.637	-	2.637	-	-	-
Total em Reais			554.059	5.866.493	6.420.552	645.703	5.069.947	5.715.650
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	30.579	180.204	210.783	25.414	36.596	62.010
Total em Moeda Estrangeira			30.579	180.204	210.783	25.414	36.596	62.010
Saldo no Final do Exercício			584.638	6.046.697	6.631.335	671.117	5.106.543	5.777.660
Empréstimos e Financiamentos			261.702	2.657.562	2.919.264	215.751	2.253.224	2.468.975
Debêntures			201.954	3.020.079	3.222.033	350.461	2.450.048	2.800.509
Arrendamentos			118.345	369.056	487.401	104.905	403.271	508.176
Parceria Público-Privada PPP			2.637	-	2.637	-	-	-

* Em 15 de setembro de 2024 ocorreu a quitação das debêntures 2ª emissão, 1ª, 2ª e 3ª séries

** IPCA como componente variável da TLP

Divida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de €50 milhões, sendo que a primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019. Até o quarto trimestre de 2024 foi liberado o montante de €44.741 mil e amortizado o montante de €11.905 mil. Na data de 31 de dezembro de 2024 havia 16 operações de Swap vigentes, totalizando o valor nocial de €32.836 mil para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 81,10% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 8,82% para uma taxa de 10,88% do CDI (acumulado dos últimos 12 meses).

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

- O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa incremental aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e
- Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com o período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada incremental aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 31 de dezembro de 2024 a taxa média ponderada foi de 12,22%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “*leaseback*” de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	2023	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	2024
Arrendamento - Litoral	316.739	-	9.679	33.379	(46.775)	313.022
Arrendamento - Direito de Uso	191.437	45.698	-	15.104	(77.860)	174.379
Totais	508.176	45.698	9.679	48.483	(124.635)	487.401
Circulante	104.905					118.345
Não Circulante	403.271					369.056

Em 31 de dezembro de 2024 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente aos Arrendamentos está demonstrado a seguir:

			2024	2023
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	47.288	(29.909)	17.379	15.560
Mais de um ano e menos de cinco anos	191.008	(112.902)	78.106	70.119
Acima de cinco anos	305.144	(87.607)	217.537	231.060
Subtotal	543.440	(230.418)	313.022	316.739
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	114.008	(13.042)	100.966	89.345
Mais de um ano e menos de cinco anos	84.643	(11.230)	73.413	102.092
Subtotal	198.651	(24.272)	174.379	191.437
Totais	742.091	(254.690)	487.401	508.176

O passivo de arrendamento de direito de uso foi mensurado considerando a taxa incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2024					
Arrendamento - Litoral						388.657
Veículos						64.193
Bens Móveis						47.983
Bens Imóveis						41.162
Total						541.995

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a taxa incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos dos arrendamentos de direito de uso e litoral:

Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2036	Total
Arrendamento-Litoral	48.743	50.995	53.046	55.072	57.144	59.294	3	

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CNPJ/MF 76.484.013/0001-45

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

CVM 01862-7

www.sanepar.com.br









d) Os principais eventos no exercício foram os seguintes:
Durante o ano de 2024 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	(49.628)
Debêntures 4ª Emissão	-	(51.284)
Debêntures 7ª Emissão	21.589	(28.685)
Debêntures 9ª Emissão	-	(227.483)
Debêntures 10ª Emissão	-	(20.757)
Debêntures 11ª Emissão	-	(35.821)
Debêntures 12ª Emissão	-	(56.279)
Debêntures 13ª Emissão	-	(50.902)
Debêntures 14ª Emissão	600.000	(33.359)
BNDES - PAC2	16.892	(85.974)
BNDES - AVANÇAR2	45.051	(18.913)
BNDES - FINAME	32.107	-
Banco do Brasil - PSI	-	(192)
Banco Itaú - PSI	-	(1.459)
Caixa Econômica Federal	366.364	(280.066)
Banco KfW	151.589	(30.848)
Subtotal	1.233.592	(971.650)
Arrendamentos (1)	45.698	(124.635)
Parceria Público-Privada PPP (2)	2.637	-
Totais	1.281.927	(1.096.285)

(1) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa e equivalentes de caixa);
(2) Liberações representam entrada de ativos vinculados à PPP (sem impacto no caixa e equivalente de caixa).

e) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)
Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES, e da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas/EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) Covenants dos contratos da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
EBITDA ajustado/Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida/EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado/Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida/EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas/EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) Covenants do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas/EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo os novos contratos denominados “Avançar”, BNDES FINAME 2023 e da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14, em conformidade com a Cláusula Décima Sexta dos referidos contratos, e das Instruções Normativas 22 e 29, em conformidade com a Cláusula Trigésima Segunda dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atende integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco KfW.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2024	2023
Contribuição Social a Pagar	-	1.132
COFINS a Pagar	39.684	37.551
PASEP a Pagar	8.554	8.107
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	63.449	53.297
Totais dos Impostos e Contribuições	111.687	100.087
Circulante	111.687	100.087

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:
São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.
O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e CPC 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos.
A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.
Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.
A Companhia avalia se há evidências de incertezas de tributos sobre lucro, conforme requerido pela ICPC 22 e divulga quando aplicável.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

	2024		2023	
Descrição	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.082.162	2.082.162	2.024.321	2.024.321
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(520.541)	(187.395)	(506.080)	(182.189)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	115.717	41.658	113.093	40.714
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	14.458	-	18.875	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	470	-	665	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(1.316)	(474)
Mais Valia Aquisição CS Bioenergia	-	-	(1.071)	(386)
Outros	(945)	(237)	(1.986)	(803)
Totais das Despesas	(390.841)	(145.974)	(377.820)	(143.138)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(536.815)		(520.958)	
Alíquota Efetiva	25,8%		25,7%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;
(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos
A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2024	2023
Imposto de Renda	(361.297)	(470.994)
Contribuição Social	(134.883)	(176.225)
Realização do Imposto de Renda Diferido	(29.544)	93.174
Realização da Contribuição Social Diferida	(11.091)	33.087
Totais	(536.815)	(520.958)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos
A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

		2024		2023	
Descrição	Prazo Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
ATIVO					
Redução Valor Recuperável Ativos - Água Industrial	45 anos	7.395	1.849	665	2.514
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	24 anos	1.459.928	364.982	131.394	496.376
Redução Valor Recuperável Ativos - Resíduos Sólidos	15 anos	16.929	4.232	1.524	5.756
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.141.371	285.343	102.723	388.066
Arrendamento - Litoral (Ativo)	12 anos	313.022	78.255	28.172	106.427
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	8 anos	4.163	1.041	375	1.416
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	619.709	154.927	55.774	210.701
Provisão Contingências Passivas- Aquisição CS Bioenergia	5 anos	-	-	-	78
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	174.380	43.595	15.694	59.289
AVP de Contas a Receber	5 anos	56.689	14.172	5.102	19.274
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	338	85	30	115
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	53.370	13.342	4.804	18.146
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	17.628	4.407	1.586	5.993
Valor Realizável Líquido de Estoque	1 ano	268	67	24	91
Provisão para PPR	1 ano	118.219	29.555	10.640	40.195
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	-	-	-	-	101
Totais			995.852	358.507	1.354.359
PASSIVO					
Mais Valia Imobilizado Aquisição CS Bioenergia	49 anos	4.292	1.073	386	1.459
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	24 anos	1.205.005	301.251	108.451	409.702
Reserva de Reavaliação	23 anos	69.798	17.449	6.282	23.731
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.716	2.929	1.054	3.983
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	18 anos	95.189	23.797	-	23.797
Arrendamento - Litoral (Passivo)	12 anos	168.801	42.200	15.192	57.392
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	10 anos	6.062	1.516	545	2.061
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	132.693	33.173	11.943	45.116
Totais			423.388	143.853	567.241
Total Líquido			572.464	214.654	787.118

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos
A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2024, é a seguinte:

	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
Períodos de Realização	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2025	113.253	40.771	154.024	25.104	8.562	33.666
2026	83.631	30.107	113.738	25.104	8.562	33.666
2027	101.380	36.497	137.877	25.104	8.561	33.665
2028	83.631	30.107	113.738	25.104	8.561	33.665
2029	83.631	30.107	113.738	25.104	8.561	33.665
2030 a 2032	124.266	44.736	169.002	55.408	18.519	73.927
2033 a 2035	123.225	44.361	167.586	55.257	18.465	73.722
2036 a 2038	110.182	39.666	149.848	47.920	15.823	63.743
2039 a 2041	65.051	23.419	88.470	44.403	14.557	58.960
2042 a 2044	45.746	16.469	62.215	41.759	14.557	56.316
2045 a 2047	45.746	16.469	62.215	39.998	14.399	54.397
2048 a 2050	15.331	5.519	20.850	12.618	4.542	17.160
2051 a 2053	123	44	167	66	24	90
2054 a 2056	123	44	167	66	24	90
2057 a 2059	123	44	167	66	24	90
2060 a 2062	123	44	167	66	24	90
2063 a 2065	123	44	167	66	24	90
2066 a 2068	123	44	167	66	24	90
2069 a 2071	41	15	56	65	24	89
2072 a 2074	-	-	-	44	16	60
Totais	995.852	358.507	1.354.359	423.388	143.853	567.241

17. RECEITAS A APROPRIAR
A Companhia assinou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2022, no montante de R\$17.800. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2024 foi de R\$3.560 (R\$3.560 em 2023). O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$7.713 (R\$11.273 em 2023), sendo R\$3.560 (R\$3.560 em 2023) registrados no passivo circulante e R\$4.153 no passivo não circulante (R\$7.713 em 2023).

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:
A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.
As provisões são revisadas, atualizadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes
(i) Trabalhistas
As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia, de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária) e sindicatos, reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) reintegração funcional; iii) equiparação salarial; e iv) integração do vale-alimentação.

(ii) Cíveis
As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material; ii) ações em massa por falta de água e iii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais
A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto tais como: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto - ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

(iv) Tributárias
As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), taxas municipais e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações de IPTU e taxas relacionam-se com questionamentos dos municípios de Curitiba e Londrina. E as principais ações de ISSQN relacionam-se com questionamentos dos municípios de Maringá e Araucária.

b) Provisões
A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	2023	Adições	Reversões	Pagamentos	2024
Ações Trabalhistas (i)	545.608	209.086	(32.445)	(270.257)	451.992
Ações Cíveis (ii)	277.505	14.943	(59.214)	(95.739)	137.495
Ações Ambientais (iii)	24.844	8.273	(118)	(7.013)	25.986
Ações Tributárias (iv)	10.656	5.956	(259)	(12.117)	4.236
Totais	858.613	238.258	(92.036)	(385.126)	619.709

Principais eventos no exercício:
Redução das provisões trabalhistas (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$302.702, em razão do arquivamento e baixas parciais de processos, compensado pelo complemento de provisões trabalhistas no montante de: i) R\$43.232, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná - SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; e ii) R\$165.854 referente a atualização dos valores provisionados de ações trabalhistas devido a decisões judiciais, bem como o registro de 40 novas ações no período.
Redução das provisões cíveis (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$154.953, principalmente: i) pela reclassificação de risco contingencial de perda “provável” para “possível” de ações judiciais por danos morais por falta de água em decorrência das chuvas ocorridas em Maringá, em 2016, no valor de R\$ 63.464; ii) pelo encerramento de ações judiciais que questionavam valores tarifários praticados pela Companhia, movidas por condomínios residenciais de municípios do Litoral do Paraná e Foz do Iguaçu, no valor de R\$46.479; iii) pelo encerramento de ação judicial de indenização por acidente de trânsito, em decorrência de vazamento de água, que causou desmoronamento do talude, ocasionando lançamento de lama na rodovia no valor de R\$12.981; e iv) encerramento de ação judicial relacionado com reequilíbrio econômico-financeiro com empresa fornecedora de produtos químicos, no montante de R\$4.837. Em contrapartida ocorreu o registro de provisão cível no valor de R\$3.681, referente ação movida pelos condomínios do litoral do Paraná, relativo cobrança de tarifa de esgoto.
Redução das provisões tributárias (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$12.376, em virtude de encerramento e levantamentos parciais de processos judiciais relacionados principalmente com a cobrança de IPTU e taxas municipais.

c) Passivos Contingentes
A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

	Passivos Contingentes	
Natureza	2024	2023
Ações Trabalhistas (i)	76.052	102.777
Ações Cíveis (ii)	1.408.775	1.296.227
Ações Ambientais (iii)	286.292	233.062
Ações Tributárias (iv)	23.203	25.597
Totais	1.794.322	1.657.663

d) Ativos Contingentes
A Companhia é autora de uma ação declaratória sob nº 1074228-74.2022.4.01.3400 em que foi reconhecida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região a inexistência de relação jurídico tributária entre a Sanepar e a União, em razão da Companhia ser beneficiária da imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da CRFB/88 em que o êxito está restrito ao recolhimento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ (repetição de indébito), abrangendo o período de maio de 1996 a dezembro de 2022. O valor estimado incontroverso reconhecido inicialmente pela União foi de R\$3.628.754. O valor estimado pleiteado pode sofrer alterações, e nesse sentido inclusive a Companhia já requereu a expedição de ofício requisitório de precatório para fins de inscrição no orçamento da União. É seguro afirmar que é imprevisível uma estimativa de prazo para quitação do precatório e efetivo levantamento do valor. Por fim, registre-se que houve deferimento do pedido de expedição de precatório (2024.3400.021.000080), registrado junto ao TRF da 1ª Região no valor de R\$3.979.261.

Conforme comunicado ao mercado, em 17 de maio de 2024, houve envio ao Conselho de Justiça Federal (CJF), pelo Tribunal Federal da 1ª Região (TRF1), da relação de precatórios para inclusão no Orçamento Geral da União do exercício de 2025. A Lei Orçamentária Anual (LOA 2025) aguarda votação no Congresso Nacional e publicação.

e) Depósitos Judiciais
A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.
A composição é a seguinte:

	Depósitos Judiciais	
Natureza	2024	2023
Ações Trabalhistas (i)	323.702	416.285
Ações Cíveis (ii)	84.483	130.433
Ações Ambientais (iii)	14.346	14.555
Ações Tributárias (iv)	13.525	25.596
Totais	436.056	586.869

Principais eventos no exercício de 2024:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
CVM 01862-7
www.sanepar.com.br









Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2024	2023
Valor presente da obrigação no início do ano	1.420.685	715.227	2.135.912	2.040.268
Custo de juros sobre a obrigação	133.330	68.811	202.141	199.234
Custo do serviço corrente, líquido	(2.716)	2.263	(453)	68
Contribuições de Participantes	18.361	-	18.361	12.780
Benefícios pagos no exercício	(133.682)	(53.165)	(186.847)	(135.059)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	(53.899)	39.917	(13.982)	18.621
Obrigação total no exercício	1.382.079	773.053	2.155.132	2.135.912
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(1.031.386)	-	(1.031.386)	(1.029.213)
Juros sobre os ativos do plano	(96.301)	-	(96.301)	(99.922)
Contribuição dos participantes	(18.361)	-	(18.361)	(12.780)
Contribuição da patrocinadora	(13.132)	-	(13.132)	(12.288)
Benefícios pagos no exercício	133.682	-	133.682	96.200
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	11.737	-	11.737	26.618
Valor justo dos ativos no exercício	(1.013.761)	-	(1.013.761)	(1.031.385)
Passivo reconhecido no final do exercício	368.318	773.053	1.141.371	1.104.527
Circulante	24.554	51.537	76.091	73.635
Não Circulante	343.764	721.516	1.065.280	1.030.892

Demonstração do impacto no Resultado do Exercício:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2024	2023
Custo do Serviço Corrente	133.330	68.811	202.141	199.234
Custo dos Juros	(2.716)	2.263	(453)	68
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(96.301)	-	(96.301)	(99.922)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(13.132)	(53.165)	(66.297)	(51.147)
Total reconhecido no Resultado	21.181	17.909	39.090	48.233

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas	2024	2023
Taxa Nominal de Desconto para Saúde	11,58% ao ano	9,87% ao ano
Taxa Real de Desconto para Saúde	6,88% ao ano	5,73% ao ano
Taxa Nominal de Desconto para Previdência	11,58% ao ano	9,79% ao ano
Taxa Real de Desconto para Previdência	6,88% ao ano	5,65% ao ano
Taxa Nominal de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	11,58% ao ano	9,87% ao ano
Taxa Nominal de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	11,58% ao ano	9,79% ao ano
Taxa de Crescimento Salarial	3,36% ao ano	3,40% ao ano
Inflação	4,40% ao ano	3,92% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,70% ao ano	3,70% ao ano
Hipóteses Demográficas	2024	2023
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winkloss D10	Winkloss D10
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana D50	Grupo Americana D50
Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos

Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Taxa de Desconto		
Com Acréscimo de 1%	(7,78%)	(8,63%)
Com Redução de 1%	9,12%	10,23%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	-	11,91%
Com Redução de 1%	-	(10,14%)
Expectativa de Vida		
Com Acréscimo de 1 ano	1,39%	2,75%
Com Redução de 1 ano	(1,41%)	(2,75%)
Crescimento Salarial		
Com Acréscimo de 1%	0,33%	-
Com Redução de 1%	(0,29%)	-

Ativos do Plano de Previdência

O valor justo dos ativos do plano que está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD), aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2024	%	2023	%
Renda Fixa (a)	1.702.516	76,4	1.429.001	68,1
Renda Variável (b)	152.804	6,8	201.175	9,6
Imóveis (c)	41.270	1,9	40.562	1,9
Operações com Participantes (d)	106.244	4,8	106.320	5,1
Estruturados (e)	156.841	7,0	193.378	9,2
Investimentos no Exterior (f)	69.931	3,1	125.655	6,0
Precatórios e Depósitos Judiciais (g)	-	-	3.095	0,1
Valor Justo dos Ativos do Plano	2.229.606	100,0	2.099.186	100,0

- (a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;
- (b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;
- (c) Imóveis: Lajes corporativas de propriedade do Plano FusanPrev;
- (d) Operações com participantes: Operações de empréstimo consignado para participantes do Plano FusanPrev;
- (e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento;
- (f) Investimentos no Exterior: Fundos de investimentos constituídos no Brasil que negociam ativos no exterior;
- (g) Precatórios reconhecidos pela União em 2022 e foram quitados junto à Fusan no ano de 2024.

Tipos de investimentos não permitidos:

- Day-Trade: é vedada a realização de operações de day-trade nos fundos exclusivos investidos pelo plano, e
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2025:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2025
Custo do Serviço Corrente	5.464	1.839	7.303
Custo dos Juros	152.546	86.804	239.350
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(111.287)	-	(111.287)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(30.220)	(48.587)	(78.807)
Totais	16.503	40.056	56.559

Plano de equacionamento do déficit do Plano de Previdência FusanPrev

Em 29/12/2022, o Conselho de Administração, na 23ª/2022 Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência - Fusanprev referente ao Exercício de 2021, no valor de R\$81.152 apurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit está sendo equacionado paritariamente pela Patrocinadora (Sanepar), participantes e assistidos do plano Fusanprev, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R\$40.576, a ser pago através de parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2023 e finalizando em dezembro de 2035, com o valor nominal aproximado de cada parcela mensal de R\$367. A amortização mensal das parcelas é pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 5,50% ao ano e atualizadas mensalmente, a partir da data base, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano FusanPrev.

O reflexo do déficit do Plano Fusanprev foi considerado na apuração das Obrigações Atuariais realizada por atuário independente e está reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 33 - Benefícios a empregados.

Em 2024 foram amortizadas 12 parcelas no montante de R\$5.140 (R\$3.759 em 2023). As parcelas de abril de 2023 a março de 2024 foram amortizadas utilizando o saldo do Fundo de Desligamento do plano Fusanprev no montante de R\$5.012, sem descaixe financeiro para a Companhia. As contribuições da Companhia para o período de abril a dezembro de 2024 foram quitadas no montante de R\$3.887.

20. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e os municípios concedentes, conforme demonstrado a seguir:

a) Saldos e transações com Partes Relacionadas

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado.

Apresentamos a seguir os saldos e transações com Partes Relacionadas:

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Estado do Paraná								
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	86.906	84.936	-	-	-	-
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	178.587	150.050	-	-
Contas a Receber	15.254	13.400	-	-	-	-	-	-
Municípios								
Serviços de Resíduos Sólidos	-	-	-	-	15.470	13.774	-	-
Serviços de Cobrança Taxa Coleta de Lixo	-	-	-	-	25.711	24.356	-	-
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	147.044	131.321	-	-
Contas a Receber	52.545	53.655	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	-	-	34.342	14.736	-	-	141.437	114.795
Fundações Sanepar								
Aluguel de Imóvel	-	-	-	-	-	-	662	657
Contribuições Patronais	-	-	-	-	-	-	154.568	137.325
Tecpar								
ISO e plano segurança da água	-	-	-	-	-	-	51	541
Celepar								
Sistema e-Protocolo, entre outros	-	-	14	28	-	-	202	205
Investimento em Ação	5	5	-	-	-	-	-	-
Juros a Receber	12	12	-	-	-	-	-	-
Simepar								
Plano segurança hídrica e outros	-	-	-	-	-	-	5.778	4.125
Ceasa								
Destinação de Resíduos Orgânicos	-	-	-	-	943	863	-	-
Total	67.816	67.072	121.262	99.700	367.755	320.364	302.698	257.648

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024 foi aprovada pela 60ª/2024 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 29 de abril de 2024, no montante global de R\$17.752. Para o exercício de 2023 a aprovação se deu pela 59ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023, no montante de R\$15.677.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	2024	2023
Remuneração	11.455	10.082
Encargos e Benefícios	4.248	3.731
Encargos Sociais	3.986	3.525
Plano de Saúde (Sanesaúde)	117	92
Plano de Previdência (Fusanprev)	142	114
Programas Complementares	3	-
Totais	15.703	13.813

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2024	2023
Contratos e Convênios com Terceiros (1)	56.633	45.099
Convênios com Municípios	26.381	25.995
Cauções e Valores a Reembolsar	15.258	18.043
Parcelamento IBAMA - PRD (2)	365	368
Parcelamento IAT (3)	1.197	1.496
TCCM IBAMA (4)	87.631	87.631
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	34.342	14.736
Totais	221.807	193.368
Circulante	133.511	107.517
Não Circulante	88.296	85.851

- (1) Valor referente a convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre a Companhia, a Itaipu e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu - PTI, para ações de infraestrutura de saneamento e de monitoramento dos recursos hídricos e da saúde pública, visando a promoção de melhorias ambientais, sociais e econômicas na região Oeste do Paraná;
- (2) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA;
- (3) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Água e Terra - IAT;

- (4) 2 (dois) Termos de Compromisso de Conversão de Multas - TCCM, na modalidade direta, que consolidou o valor do débito de 5 (cinco) Autos de Infrações Ambientais - AIA, lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA no ano de 2012, no montante de R\$ 87.631, a ser aplicado diretamente pela Companhia ao longo de 120 (cento e vinte) meses em Ações Ambientais relacionadas a execução de projeto ambiental denominado "Requalificação dos complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno".

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada "Unit" formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2024, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$7,17 (R\$6,45 em 31 de dezembro de 2023).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$6.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$5.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.653.775	60,1	3	-	302.653.778	20,0
Municípios	-	-	5.561.963	0,6	5.561.963	0,4
Investidores Estrangeiros	61.868.341	12,3	304.651.302	30,2	366.519.643	24,3
Demais Investidores	139.213.143	27,6	697.256.992	69,2	836.470.135	55,3
Totais	503.735.259	100,0	1.007.470.260	100,0	1.511.205.519	100,0

b) Reservas de Lucros

b.1) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$77.262 em 2024 (R\$75.168 em 2023), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

b.2) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$100 em 2024 (R\$10 em 2023), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

b.3) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$1.009.417 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

c) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$4.097 (R\$4.262 em 2023), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Saldos no início do exercício	50.164	54.426
Realização da Reserva de Reavaliação	(6.208)	(6.458)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	2.111	2.196
Saldos no final do exercício	46.067	50.164

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituíde com conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$204 (R\$117 em 2023), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Saldos no início do exercício	4.205	4.322
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(309)	(177)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	105	60
Saldos no final do exercício	4.001	4.205

e) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Saldos no início do exercício	186.308	216.165
Ganhos e Perdas Atuariais	2.245	(45.238)
Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	(763)	15.381
Saldos no final do exercício	187.790	186.308

f) Remuneração aos Acionistas

Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os Juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros. Os Juros sobre o Capital Próprio a valor foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$157.375, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CNPJ/MF 76.484.013/0001-45

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

CVM 01862-7

www.sanepar.com.br









A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$95.873, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia foi atribuído com base na posição acionária de 28 de junho e 30 de dezembro do exercício de 2024 e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

g) Resultado por Ação

Em decorrência dos créditos de remuneração aos acionistas ocorridos em 28/06/2024 e 30/12/2024 os Juros sobre o Capital Próprio, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio - 28/06/2024	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	503.735.259	70.006	0,13897
Ações Preferenciais	1.007.470.260	154.014	0,15287
Totais	1.511.205.519	224.020	
Remuneração para 1 UNIT			0,75046
Juros sobre o Capital Próprio - 30/12/2024	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	503.735.259	74.640	0,14817
Ações Preferenciais	1.007.470.260	164.209	0,16299
Totais	1.511.205.519	238.849	
Remuneração para 1 UNIT			0,80014

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2024	2023
Ações Ordinárias	0,28714	0,28064
Ações Preferenciais	0,31586	0,30870
Valor para 1 "Unit"	1,55060	1,51544

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	482.921	469.801
Ações preferenciais	1.062.426	1.033.562
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,95868	0,93263
Por ação preferencial	1,05455	1,02590

23. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes equivalentes a juros de mora de 0,033% por dia de atraso até a data do pagamento, sem prejuízo da atualização monetária com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice que o substituir e da aplicação de multa de 2%. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil. Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2024	2023
Receitas		
Receitas de Água	4.368.685	4.171.892
Receitas de Esgoto	2.772.279	2.410.910
Receitas de Serviços	139.635	115.841
Receitas de Resíduos Sólidos	15.470	13.774
Serviços Prestados a Prefeituras	25.711	24.356
Doações efetuadas por Clientes	44.984	35.058
Outras Receitas	7.838	11.175
Totais das Receitas Operacionais	7.374.602	6.783.006
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(433.047)	(403.343)
PASEP	(93.336)	(86.927)
Totais das Deduções	(526.383)	(490.270)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	6.848.219	6.292.736

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A.

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$82.849 (R\$120.905 em 2023), durante o exercício de 2024, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	2024	2023				
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(426.811)	(206.448)	(633.259)	(352.149)	(172.320)	(524.469)
Materiais	(149.562)	(115.818)	(265.380)	(146.059)	(117.977)	(264.036)
Energia Elétrica	(457.903)	(71.770)	(529.673)	(439.182)	(66.684)	(505.866)
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-	(42.109)	(42.109)	-	-	-
Serviços de Terceiros	(385.181)	(277.319)	(662.500)	(296.273)	(237.549)	(533.822)
Depreciações e Amortizações	(223.746)	(217.315)	(441.061)	(194.054)	(188.000)	(382.054)
Indenizações por Danos a Terceiros	(12.267)	(3.988)	(16.255)	(3.543)	(8.050)	(11.593)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb.	(76.767)	(64.634)	(141.401)	(62.955)	(51.840)	(114.795)
Outros Custos	(126.127)	(32.621)	(158.748)	(129.793)	(48.465)	(178.258)
Totais	(1.858.364)	(1.032.022)	(2.890.386)	(1.624.008)	(890.885)	(2.514.893)

25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2024	2023
Comerciais		
Pessoal	(152.099)	(138.601)
Materiais	(10.284)	(7.876)
Serviços de Terceiros	(206.968)	(156.890)
Depreciações e Amortizações	(12.487)	(9.444)
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos	(124.439)	69.818
Indenizações por Danos a Terceiros (1)	(46.442)	(3.043)
Programa Sanepar Rural	(6.148)	(6.670)
Outras Despesas	(3.487)	(3.656)
Totais das Despesas Comerciais	(562.354)	(256.362)
Administrativas		
Pessoal	(840.995)	(688.384)
Materiais	(46.097)	(57.695)
Serviços de Terceiros	(181.025)	(162.664)
Depreciações e Amortizações	(106.401)	(88.610)
Taxa de Regulação	(36.638)	(35.003)
Despesas com Viagens	(6.688)	(6.379)
Custas Legais e Judiciais	(8.844)	(8.943)
Programas Sociais e Ambientais	(15.549)	(11.667)
Indenizações por Danos a Terceiros (1)	(35.714)	(2.281)
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	(8.206)	(1.222)
Taxas, Alvarás e Licenciamento	(9.076)	(1.447)
Outras Despesas	(32.422)	(18.374)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (2)	129.850	160.162
Despesas Capitalizadas (3)	115.197	116.860
Totais das Despesas Administrativas	(1.082.608)	(805.647)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Perdas Eventuais	901	(19.716)
Multas Ambientais	(5.030)	(10.662)
Receita de Venda de Ativos	5.877	2.489
Baixas de Ativos	(19.274)	(3.060)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(98)	292
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(17.624)	(30.657)

- (1) Valores referente baixas definitivas de ações cíveis, principalmente relacionadas: (i) ao encerramento de ações judiciais que questionavam valores tarifários praticados pela Companhia movidas por condomínios residenciais de municípios do Litoral do Paraná e Foz do Iguaçu; (ii) ação judicial de indenização por acidente de trânsito ocorrido em dezembro de 2003, em decorrência de vazamento de água, que causou desmoronamento do talude, ocasionando lançamento de lama na rodovia; e (iii) relacionado com reequilíbrio econômico-financeiro de empresa fornecedora de produtos químicos;
- (2) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;
- (3) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia.

26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$118.219 (R\$115.007 em 2023), a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecida para o exercício de 2024, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2024	2023
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras	199.293	176.884
Variações Monetárias Ativas	102.597	103.213
Variações Cambiais Ativas	4.669	1.736
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros (1)	47.822	1.543
Outras Receitas Financeiras/Reversão (2)	48.358	12.326
Totais das Receitas Financeiras	402.739	295.702
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos (3)	(509.335)	(432.268)
Variações Monetárias Passivas	(92.871)	(93.027)
Variações Cambiais Passivas (4)	(30.890)	(1.459)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros (5)	(29.546)	(4.154)
Outras Despesas Financeiras	(34.548)	(87.763)
Totais das Despesas Financeiras	(697.190)	(618.671)
Resultado Financeiro	(294.451)	(322.969)

- (1) Impacto positivo da variação do Euro sobre as operações de SWAP contratadas pela companhia;
- (2) Valor relacionado ao acréscimo por adimplemento contratual e ajuste a valor presente sobre Ativos Financeiros Contratuais;
- (3) Aumento da base de cálculo dos juros em função da captação de recursos de terceiros, principalmente referente aos valores da 13ª e 14ª emissão de debêntures;
- (4) Desembolso de EUR 15 milhões em maio/2024 e EUR 10 milhões em novembro/2024, aumentando os juros e taxas (desvalorização o Real sobre o Euro);
- (5) Impacto negativo da variação do Euro sobre as operações de SWAP contratadas pela Companhia.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

	2024			2023		
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	4.475.314	2.820.755	7.296.069	4.256.846	2.455.571	6.712.417
Outras Receitas Operacionais	43.644	34.889	78.533	39.475	31.114	70.589
Total da Receita Operacional Bruta	4.518.958	2.855.644	7.374.602	4.296.321	2.486.685	6.783.006
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(292.524)	(233.859)	(526.383)	(274.159)	(216.111)	(490.270)
Receita Operacional Líquida	4.226.434	2.621.785	6.848.219	4.022.162	2.270.574	6.292.736
Custo	(1.858.364)	(1.032.022)	(2.890.386)	(1.624.008)	(890.885)	(2.514.893)
Lucro Bruto	2.368.070	1.589.763	3.957.833	2.398.154	1.379.689	3.777.843
Despesas Comerciais	(312.526)	(249.828)	(562.354)	(143.364)	(112.998)	(256.362)
Despesas Administrativas	(601.655)	(480.953)	(1.082.608)	(450.536)	(355.111)	(805.647)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(9.794)	(7.830)	(17.624)	(24.810)	(5.846)	(30.656)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	(5.263)	(5.263)
Resultado Financeiro	(111.123)	(183.328)	(294.451)	(153.155)	(169.814)	(322.969)
Programa de Participação nos Resultados	(65.700)	(52.519)	(118.219)	(64.314)	(50.693)	(115.007)
Provisões	132.599	106.076	238.675	(94.752)	(74.633)	(169.385)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(21.744)	(17.346)	(39.090)	(26.970)	(21.263)	(48.233)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	1.378.127	704.035	2.082.162	1.440.253	584.068	2.024.321
Imposto de Renda e Contribuição Social	(355.303)	(181.512)	(536.815)	(372.621)	(148.337)	(520.958)
Lucro Líquido do Exercício	1.022.824	522.523	1.545.347	1.067.632	435.731	1.503.363
Margem Operacional - Não Auditado/Revisado	30,5%	24,7%	28,2%	33,5%	23,5%	29,8%
Margem Líquida - Não Auditado/Revisado	24,2%	19,9%	22,6%	26,5%	19,2%	23,9%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Exercício (1)	734.260	1.177.285	1.911.545	785.027	1.141.076	1.926.103
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPPs	2.908.386	3.722.949	6.631.335	2.627.325	3.150.335	5.777.660
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, líquidos	6.378.421	8.337.633	14.716.054	5.962.818	7.519.914	13.482.732
Depreciações e Amortizações do Exercício	(289.815)	(270.134)	(559.949)	(248.895)	(231.213)	(480.108)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	1.501.877	603.040	2.104.917	1.544.557	563.632	2.108.189
Total do Ativo	8.888.841	11.619.159	20.508.000	8.316.138	10.487.767	18.803.905
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	4.245.167	5.434.126	9.679.293	4.119.797	4.939.908	9.059.705
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.483.526	2.585.670	-	3.448.900	2.517.885	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	583.003	466.043	-	559.577	441.056	-

- (1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;
- (2) Apresentadas pelo valor bruto;
- (3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;
- (4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$2.093.642, com vigência abrangendo o período de 14/03/2024 a 14/03/2025, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	1.168.976
Máquinas, Equipamentos e Veículos	852.407
Estoque	72.259
Totais	2.093.642

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2024 a Companhia ofereceu garantias por meio do Seguro Garantia em 385 processos judiciais no montante de R\$402.591 com a Pottencial Seguradora S/A, com vencimento em 15/06/2025.

A Companhia também firmou contrato com a AKAD Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores da Sanepar (D & O - Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 16/01/2026.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 30 de janeiro de 2025, a Companhia publicou Fato Relevante comunicando seus acionistas, investidores e ao mercado em geral que o Conselho de Administração, em sua 3ª/2025 Reunião Extraordinária, autorizou o encaminhamento à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar) do levantamento da Base de Remuneração Regulatória (BRR), data-base 31/12/2024 (com ativos imobilizados até 31/12/2023), referente à 3ª Revisão Tarifária Periódica - RTP.

DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL, COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO E CONTADOR				
DIRETORIA EXECUTIVA				
WILSON BLEY LIPSKI Diretor-Presidente	ABEL DEMETRIO Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	SERGIO WIPPEL Diretor de Operações	LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA Diretora de Investimentos	
BIHL ELERIAN ZANETTI Diretor Comercial	FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI Diretor Jurídico	FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES Diretor Administrativo	JULIO CESAR GONCHOROSKY Diretor de Meio Ambiente e Ação Social	ANATALICIO RISDEN JUNIOR Diretor de Inovação e Novos Negócios
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
DEMETRIUS NICHELE MACEI - Presidente	JOÃO BIRAL JUNIOR	RODRIGO SANCHEZ RIOS		

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CNPJ/MF 76.484.013/0001-45

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

CVM 01862-7

www.sanepar.com.br









RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR**
Curitiba - PR

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominada como IFRS Accounting Standards).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

1. Ativos financeiros contratuais, ativo de contrato e intangível (notas explicativas nº 10, 11 e 13.b)
Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado saldos ativos referentes a ativos financeiros contratuais, ativo de contrato e intangível, com os montantes de R\$ 850.582 mil, R\$ 2.777.922 mil e R\$ 11.589.509 mil, respectivamente que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na aquisição, construção ou melhoria da infraestrutura correspondente ao contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados como ativo de contrato, representados pelos gastos com obras em andamento vinculados à concessão; (ii) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; (iii) custos capitalizados ao ativo financeiro da concessão, quando há o direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa e (iv) despesas de manutenção incorridas; e também riscos sobre perda no valor recuperarêl desses ativos, aliados ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos, podem impactar significativamente as demonstrações contábeis, sendo assim, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis
• Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo de contrato, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização;
• Testamos, com base em amostragem, as adições ocorridas durante o exercício, avaliamos a natureza desses investimentos e verificamos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo de contrato da concessão, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e gastos com manutenção;
• Avaliamos o processo de transferência dos custos em ativo de contrato para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização por meio de base amostral;
• Recalculamos as amortizações e a margem de construção reconhecidas no exercício e comparação do resultado desses cálculos com os saldos registrados nas demonstrações contábeis; e
• Analisamos a consistência das divulgações requeridas em notas explicativas nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento, mensuração e apresentação do ativo de contrato, ativo intangível e o ativo financeiro das concessões, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

2. Reconhecimento de receita não faturada (nota explicativa nº 23)
Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria
O reconhecimento da receita de prestação de serviços de água e esgoto inclui a estimativa de volumes consumidos e ainda não faturados, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o fim de cada período. Dessa forma, a Companhia reconhece na demonstração do resultado (como receita operacional líquida) os valores referentes aos serviços prestados e não faturados aos consumidores finais, em razão do cumprimento da obrigação de desempenho, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15). Considerando que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, este não coincide com os fechamentos contábeis, e para tanto, a Companhia adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros, a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil.

Levando em consideração o montante envolvido e o grau de julgamento da administração que utiliza dados estimados de volume, entre outros, na preparação dessa estimativa, entendemos que este assunto figura entre os mais importantes para nossa auditoria, dado que existem riscos referentes ao cumprimento da obrigação de performance, podendo resultar em não reconhecimento da receita ou seu reconhecimento fora do período que a obrigação de desempenho foi concluída, com possíveis impactos significativos nas demonstrações contábeis.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis
• Avaliamos o desenho dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento e avaliação da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada;
• Para a estimativa da receita a faturar de volumes consumidos, avaliamos os dados e critérios adotados pela Companhia, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior e realizamos o recálculo da receita a faturar ao final do exercício, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês, bem como realizamos teste de inspeção documental, por meio de base amostral, para exame da fatura e da liquidação subsequente da receita a faturar, avaliando a competência de cada registro. Avaliamos também os valores realizados subsequentemente, visando corroborar com as estimativas adotas pela Companhia; e

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis da Sanepar relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Curitiba, 03 de fevereiro de 2025.

WILSON BLEY LIPSKI

Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL

Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA

Diretora de Investimentos

BIHL ELERIAN ZANETTI

Diretor Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI

Diretor Jurídico

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES

Diretor Administrativo

JULIO CESAR GONCHOROSKY

Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR

Diretor de Inovação e Novos Negócios

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações contábeis da Sanepar referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2024.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2025.

WILSON BLEY LIPSKI

Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL

Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA

Diretora de Investimentos

BIHL ELERIAN ZANETTI

Diretor Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI

Diretor Jurídico

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES

Diretor Administrativo

JULIO CESAR GONCHOROSKY

Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR

Diretor de Inovação e Novos Negócios

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2024

Aos Conselheiros de Administração da **Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR**
Introdução
O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR foi instalado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 30 de maio de 2017. A composição, disciplina e funcionamento do CAE estão contemplados em Regimento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia. Conforme alteração estatutária realizada no mês de setembro de 2018, sua constituição contempla 4 membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração. Seus membros são eleitos com mandato para 2 anos, permitido sua recondução por 3 mandatos consecutivos. O CAE é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes. Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pelas Fundações vinculadas à SANEPAR e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com as partes relacionadas da Companhia. Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação dos critérios de governança aplicáveis. Grant Thornton Brasil Auditoria Independente foi a responsável pela auditoria das demonstrações contábeis para o ano findo em 31 de dezembro de 2024 da Companhia e pela revisão especial de suas informações contábeis intermediárias. Como parte normal de suas atribuições, também efetua avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis

Principais atividades do CAE no exercício
Os principais assuntos recorrentes ocorridos no transcorrer do exercício, consistiram no seguinte: o CAE manteve diversas reuniões formais com Órgãos de Governança da Companhia, Administradores da Companhia, Administradores das Fundações, Gerência de Auditoria Interna, bem como, seus membros, com Auditores Independentes, membros da Berkan Auditores Independentes, braço externo para a auditoria interna e Secretaria de Governança.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e seus desdobramentos de natureza societária e fisco-tributários, da gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas. Nos diálogos dos membros do CAE com os auditores internos, auditores independentes, e responsáveis pela gestão de riscos, foram apreciados seus planejamentos de

• Realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis das receitas de prestação de serviços de água e esgoto com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimentos subsequentes, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de faturas selecionadas no contas a receber em aberto no final do exercício.

Com base nos procedimentos efetuados e resultado das evidências obtidas, consideramos que as receitas a faturar, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Demonstração do Valor Adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes
A auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2023, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzida sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 8 de fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-008.839/F-9

Ricardo Engel
Contador CRC 1PR-052.941/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, dentro de suas atribuições e responsabilidades, que não incluem atividades de contabilidade e de auditoria na Companhia, analisaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta para Destinação dos Lucros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nas análises efetuadas, nas informações recebidas no decorrer do exercício, no parecer sem ressalvas emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., nos apontamentos sugeridos por este Conselho e acolhidos pela Cia, por unanimidade, entendem que os fatos relevantes trazidos ao seu conhecimento foram adequadamente divulgados nos referidos documentos, os quais estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2025.

DENIZE APARECIDA CABULON GRAÇA

Presidente

ANDRE LUIS RENNÓ GUIMARÃES

Conselheiro

HELENA MARIA BOSCHINI LEMUCCH

Conselheira

JOÃO ELIAS DE OLIVEIRA

Conselheiro

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 20/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/20/SANEPAR1581434020032025.pdf>
Hash: 174242028030dfc69ff2d4b2898428d6406b91ed2